

# O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

Interpretação operativa de um caso de estudo em Bissau



Dissertação de Mestrado

Realizada por David da Silva e orientada pelo Prof. Dr. José António Bandeirinha

Coimbra Darq/FCTUC 2009



## Sumário

INTRODUÇÃO	3
1.O PROBLEMA	11
1.1 O que é?	
Contextualização da problemática num mundo global	13
1.2 Para onde vai?	
Os destinos da crise habitacional	33
1.3 Como vai?	
Os desafios urbanos e as políticas da habitação	45
2. A HIPÓTESE	61
2.1 E que tal...	
O projecto aberto.	63
3. A PROPOSTA	81
3.1 Interpretação prática	
Aproximações à realidade	83
O projecto de Bissau	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
BIBLIOGRAFIA	115

## INTRODUÇÃO



Escrevia Leonardo Benévolo, num relatório de 1972, apresentado no II Congresso Nacional de Ciências Históricas em Salerno e compilado mais tarde no livro “A Cidade e o Arquitecto”, que, “a cidade em que vivemos hoje não é o reflexo fiel da sociedade no seu conjunto, mas um mecanismo mais rígido, que serve para retardar e para amortecer as transformações em todos os outros campos, para fazer durar mais tempo a hierarquia dos interesses consolidados” (BENÉVOLO, 1984: 29). Chamava-nos, então, a atenção para vários problemas que, em tons de conveniência, persistem em pré-condicionar o desejável desenvolvimento das cidades.

Alertá-va-nos, por um lado, que, ao contrário do que sucedia nas cidades medievais, a organização da sociedade ou o corpo social que habita determinado cenário físico, não está directamente co-relacionado com esse ambiente físico e que “são precisamente os acontecimentos a partir do Renascimento que não permitem manter o postulado de correspondência entre cidade e sociedade”, e que “nasce de facto neste período, uma nova definição de cidade que deriva precisamente da afirmação da autonomia da arte” (Idem: 23). É, de facto, interessante analisar este fenómeno na medida em que nos ajuda a perceber que a invenção ou a transformação urbana, não produz necessariamente uma evolução ou transformação do corpo social afectado por essa intervenção. Isto para constatar uma vez mais que, as intervenções arquitectónicas no âmbito da habitação, nomeadamente na vertente de habitação social, são competências que não dizem respeito exclusivamente à Arquitectura enquanto corpo técnico de responsabilidade social, mas requerem cooperações epistemológicas de várias áreas, nomeadamente ligadas às ciências sociais, à política e administração, e à economia.

Por outro lado, este texto, com a devida contextualização, mas com uma boa dose de actualidade, adverte-nos para a existência de uma sociedade alienada da realidade que a suporta, onde as relações humanas são frequentemente esquecidas, onde o interesse individual se sobrepõe ao interesse colectivo, o privado prevalece sobre o público, e o económico supera o social, lembrando que o arquitecto não é o único actor social, se bem que pode claramente influenciar e contribuir para a melhoria das condições de vida da população em geral. No fundo, denuncia-se em forma de crítica, a construção de uma sociedade em que os agentes económicos são responsáveis pelo



controlo na base de todos os mecanismos de produção e transformação social, e onde a Arquitectura se vê relegada para um lugar de importância residual.

Mas, alterado que está o contexto operativo da Arquitectura, por força da conjuntura actual, não faz mais sentido falar na relação directa entre arquitectura e cidade, mas sim na cada vez mais clara relação entre globalização e processos de dissolução urbanos. Não foi contudo, a Arquitectura ou a forma de fazer arquitectura que mudou, mas sim, as condições em que estas operam actualmente.

Como dizia Amos Rapoport, “os factores, físicos, materiais e socio-culturais que condicionam a edificação são, nos nossos dias e nas sociedades ocidentais, tão frouxos, tão desligados das necessidades fundamentais, que a imensa liberdade de escolha outra coisa não pode proporcionar senão a variedade e a entrega às vicissitudes da moda” (BANDEIRINHA, 2007: 23) (B), o que nos leva a arriscar dizer que a globalização influencia e redefine aquilo que a Arquitectura produz, e a forma como é produzida e, dessa forma, adoptar um discurso que tem mais a ver com a procura de meios, do que com a definição dos seus fins. Dessa forma, a focalização do trabalho não será necessariamente feita em torno da habitação enquanto objecto tipológico, mas tenderá a fazer uma abordagem transversal a toda a problemática da habitação, desde os processos metodológicos ao exercício do projecto arquitectónico, analisando os diferentes campos que confinam a própria produção da habitação.

Assim, será feito um percurso que consistirá, numa primeira parte, na análise do problema da habitação num contexto global, reflectindo sobre questões relacionadas com a alteração do paradigma suburbano, o problema da segregação espacial do tecido urbano ou do sistema produtivo das cidades, importantes para caracterizar e identificar as situações de conflito espacial e social das cidades actuais. Faz-se também nesta parte, uma análise às questões da conformação da crise habitacional, passando ainda por identificar os desafios que as actuais cidades têm pela frente, em relação às necessidades habitacionais, e quais os mecanismos de políticas e de processos produtivos arquitectónicos que deverão fazer parte dos actuais programas habitacionais. No fundo, tentar responder às questões levantadas pelo problema da



habitação, nomeadamente, o que é, para onde vai e como vai, por forma a ter um enquadramento genérico da problemática em todas as suas dimensões.

Numa segunda parte, e em forma de sugestão, é retomado um dos modelos enunciados anteriormente, o projecto aberto, onde é feita uma apreciação sobre as condições do exercício de projecto e envolvimento prático da arquitectura no campo da habitação social em contextos informais. Nesse sentido, prossegue-se para a realização de um caso operativo, em colaboração com a prova final do estudante de Arquitectura Natanael Lima, que adopta uma política de reordenamento do território, que consiste na criação de pólos de atracção em infra-estruturas devidamente urbanizadas, e que serve de enquadramento estratégico à parte prática desta dissertação, que propõe um projecto de provisionamento de habitação e serviços, para populações em condições precárias de habitabilidade, bem como para algumas famílias desalojadas num processo de reestruturação urbana para a cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau, na costa ocidental Africana.



## 1. O PROBLEMA



1.1\_O que é?

Contextualização da problemática num mundo global



Embora seja verdade que o tema da habitação, a par com o tema da cidade e das questões sociais, tenha sido o mais representativo nos circuitos de discussão arquitectónica do século XX, já não será tão fácil quer enquadrar, quer perceber, essa discussão na conjuntura em que nos encontramos. Contribui para isso o facto de não se conseguir ainda uma clarificação na relação habitação-cidade-mundo, ou como falava Zevi, na necessidade imperiosa da reintegração edifício-cidade-paisagem (MUGA, 2006: 252); e também a dificuldade de encarar o tema da habitação nos moldes de uma prática arquitectónica cada vez mais plural e diversa. Isto, coloca a Arquitectura perante um dilema, onde por um lado explora as possibilidades de uma linguagem de vanguarda impondo-se como movimento cultural, e por outro, numa abordagem tradicional utópica, a Arquitectura assume-se como actor principal no papel transformador das estruturas políticas e sociais. (CANOTILHO, 2008: 9)

Para se poder reflectir o problema da habitação dentro da prática arquitectónica, é necessário assumir, por um lado, que o papel social da Arquitectura foi amplamente reduzido, se não mesmo extinto, alienando-a da sua acção transformadora nos processos de produção, e por outro, que a Arquitectura como disciplina, actualmente, parece apenas ter valor pela sua capacidade comunicativa enquanto arte, simultaneamente, objecto cultural e apetecível objecto de consumo: “a arquitectura constitui um mundo à parte, uma rede de relações em círculo fechado imaginado como centro do universo, aberto à encomenda dos políticos e dos milionários para constituir-se como sua representação” (COSTA, 2007: 53)

Como se consegue, então, uma reflexão em torno da problemática da habitação balizada nestas circunstâncias? É necessário, antes de mais, admitir uma condição dupla. Primeiro, a produção habitacional tem vindo a sofrer (des)transformações por via da globalização e conseqüente evolução comunicativa da organização global; em segundo, a habitação está condicionada às regras do mercado produtivo, maioritariamente nas mãos do sector privado, o qual dita as estratégias espaciais das actuais políticas urbanas e que, por consequência, demite gradualmente o Estado da sua intervenção na economia e das suas obrigações sociais no que diz respeito às políticas de habitação. É o que se constata actualmente na prática dos diversos organismos intervenientes no processo edificatório, não só nos projectos de



assistência institucional de provisão de alojamento mas também ao nível do sector do mercado imobiliário, ambos caracterizados por apresentarem um conjunto de medidas pontuais e indirectas que escamoteiam o problema em vez de o compreender e solucionar. Tem sido prática até hoje! E mesmo na calha de um novo Plano Estratégico de Habitação coordenado pela socióloga Isabel Guerra e pelo arquitecto Nuno Portas, o problema tenderá a persistir, o que leva a Arquitectura por arrasto, já que se vê impossibilitada “de operar em termos mais interventivos, em favor de uma lógica economicista de projectos habitacionais dirigidos ao mercado” convencional (CANOTILHO, 2008: 11), ou seja, não é uma vez mais a arquitectura que “detém o poder de mudar”, mas antes, essa função “está quase sempre nas mãos dos políticos e dos financeiros”. (RODEIA, 2006: 19) Sobre estas condicionantes, a discussão actual do tema da habitação, tem sido feita mais no campo teórico e profissional do que necessariamente com base num contexto participativo urbano e local, o que afasta, de forma generalizada, a disciplina do estudo da habitação.

Mas se há uma linha orientadora que serve de base à discussão, esta de facto, é definida pela revitalização dos temas da cidade, nomeadamente a noção de “cidade emergente”, que se apresenta como o grande campo de investigação para entender as novas relações directas entre as transformações urbanas e o agravamento das condições de vida e de segregação social. Com base num determinado número de categorias, é possível perceber as actuais transformações urbanas e renovar os conceitos das relações entre as cidades e os processos de urbanização. A “urbatectura” de Zevi é um bom exercício de reflexão sobre essas transformações, que abolindo a antiga dicotomia cidade-campo, funde edifício com cidade, arquitectura com urbanística (MUGA, 2006: 253) e nos remete análogamente para o confronto entre centro e periferia, com os seus fenómenos de suburbanização de carácter cada vez mais dispersos. Mas há ainda a importância dos sistemas de mobilidade e a renovação da noção de centralidade; as novas formas de coabitação social e diversificação dos espaços simbólicos; lugares comuns e não-lugares; o impacto da tecnologia e dos media na formulação do espaço público.



Mas, perante a incontornável relação entre a forma urbana e a habitação, conseguirá a Arquitectura apresentar processos metodológicos capazes de traduzir uma mudança nos mecanismos de acção desta “nova condição urbana”? Pelo menos acredita-se que a habitação “casa”, como programa arquitectónico, continuará a revelar-se um desafio estimulante para os arquitectos, que ao conciliarem novas tecnologias com novas possibilidades tipológicas, exploram e configuram novos modos de habitação, até porque, há cada vez mais condições para o fazer.

No fundo, repensar a máxima de John Turner, que dizia: “housing as a verb”, a habitação enquanto verbo, enquanto acção, enquanto bem básico e necessário para potenciar as aspirações de uma sociedade melhor. É precisamente este conceito que é necessário ressuscitar e inculcar de novo na prática arquitectónica, encorajando a disciplina para um papel mais prepositivo, no que toca a reconsiderar as soluções vigentes, apresentadas para resolver os problemas de habitação. Sobretudo, espelhar esta nova realidade em temas como a habitação colectiva e social, que ganham uma importância indiscutível, já que o problema deixa de ser exclusivo dos países em vias de desenvolvimento, apesar de ser nestes que o problema tenha proporções de flagelo social.

Para se poder fazer uma geneologia do estudo da problemática da habitação, será útil lembrar eventos históricos como a Weissenhofsiedlung em Estugarda de 1927, o programa INA-CASA italiano de princípios da década de 1950, o concurso Previ Lima no Peru de 1967-78, mas sobretudo, o processo SAAL de 1974-76 em Portugal, e assim, descortinar os posicionamentos críticos e metodológicos das correntes arquitectónicas desses períodos, nomeadamente nas opções de habitação colectiva de custos controlados. A exposição de Estugarda introduziu as possibilidades da construção de baixo custo, enquanto o programa italiano surgiu como reacção à normalização espacial do estilo internacional propondo novas organizações tipológicas. (BANDEIRINHA, 2001: 55) (B) Por sua vez, o concurso para Lima incluiu definitivamente o problema da habitação nos países em vias de desenvolvimento, na agenda internacional da vanguarda arquitectónica. Já o processo SAAL foi o mecanismo através do qual brotaram projectos que, à época, representavam o que de mais vanguardista se fazia na prática arquitectónica mundial, sobretudo, porque o



problema da habitação se transformava numa luta de causas sociais pelo direito à habitação. (COSTA, 2007: 41) É, a propósito, célebre a frase do mestre Távora que dizia que “o SAAL é o único sonho que um arquitecto, quando acordado, pode sonhar”. Portanto, estes exemplos poderão servir de ponto de referência, até porque não há nada que se diga sobre habitação que não fosse já apontado na altura. Contudo, é interessante constatar que nenhum dos exemplos conseguiu manter as suas premissas iniciais, falhando quer formal quer conceptualmente, embora, quase sempre por questões políticas exteriores, mais do que por linhas estratégicas ou programáticas adoptadas. Estarão, por exemplo, ainda bem presentes na memória do arquitecto Alves Costa os atentados bombistas à sede que coordenou do SAAL/Norte no Porto, isto para se perceber, de forma elucidativa, o grau de condicionalismos a que muitos dos programas estavam sujeitos. Permanece, contudo, a lição de que a arquitectura terá que contar sempre com a influência de factores externos e que, por si só, será incapaz de dar resposta ao problema da habitação, já que este cede mais facilmente a pressões e desígnios politico-económicos. Contudo, é no exterior da sua zona de competências que a arquitectura encontra os contributos necessários para fazer frente a este estado de coisas, sobretudo aliando-se a outras áreas do saber como as Ciências Sociais ou a própria Economia. Seria difícil imaginar, por exemplo, as soluções arquitectónicas de Turner, sem ter presente as várias lições que ia tirando das práticas sociais nos bairros em que trabalhou na América do Sul; ou descartar o contributo dos sociólogos franceses, sobretudo Henri Lefebvre, que com os seus estudos de interpretação das opções humanas sobre a habitação, abriram campos de investigação de novas tipologias de habitação, fundamentais para responder, por exemplo, ao fenómeno de apropriação do perímetro habitacional por parte dos habitantes, permitindo “a socialização do espaço individual e, a individualização do espaço social”. (BANDEIRINHA, 2007: 38) (B)

Contudo, existe ainda uma necessidade urgente de conceber novas formas de habitar. Num cenário global de escassez, forjam-se novos paradigmas que posicionam a habitação e a sua concepção, em cenários de sustentabilidade, ou em práticas arquitectónicas contextualizadas, que valorizam aquilo que a habitação faz pelas pessoas, mais do que aquilo que quantificam. Sobre esta mudança, Turner dizia que



“no velho paradigma, o valor da habitação é assumido na quantificação dos atributos da casa, incluindo o meio imediato. No novo paradigma, o valor da habitação parece considerar, no global, as relações entre processo, produto, utilizadores e meio ambiente. Por se focar nas relações, o novo paradigma converte os tais insolúveis problemas em tarefas práticas”. (CANOTILHO, 2008: 14)

Já Benévolo, previa uma série de transformações no crescimento urbano actual quando dizia que “o ambiente contemporâneo é sobretudo caracterizado pelos efeitos do desenvolvimento industrial: já sofreu no passado, sofre agora ou está para sofrer uma série de transformações mais profundas e mais rápidas do que as que se deram em qualquer outra época posterior ao nascimento da cidade”. (BENÉVOLO, 1984: 34)

De facto, os fenómenos de crescimento urbano que se vivem actualmente em certas regiões do globo, de proporções massivas em países com economias emergentes, trazem à memória as transformações das cidades europeias e americanas durante o apogeu da Revolução Industrial. Apesar da necessária contextualização, é legítima a analogia no que toca à formação de grandes metrópoles, verdadeiras cidades industriais, assim como aos êxodos rurais e à definição de regiões económicas transnacionais, que transformaram as cidades em função da reorientação do processo produtivo, com as consequentes alterações nos tecidos urbanos. Com a necessidade de se acomodarem novas circunstâncias espaciais, imprescindível ao esforço de racionalização das cidades, desenvolvem-se, também, novos conceitos de mobilidade quer de pessoas, quer de capital. O Tempo surge como factor de mudança, como dizia Távora, o “Tempo como dimensão do espaço que o torna irreversível” (TÁVORA, 2006: 19), como fórmula que vai ditando as regras da mudança. Tempo e Espaço tornam-se inseparáveis como mecanismos de optimização da cidade produtiva. Formaliza-se a cultura do movimento. Tudo cresce a um ritmo alucinante, “ cresce, cresce sempre, porque para a cidade, parar é morrer”. (idem: 35) O espaço urbano, sem tempo para ser reflectido, vai-se adaptando às exigências e funcionalidades que comportam as novas fórmulas de fazer cidade, com alterações inevitáveis na natureza dos espaços sociais. “ A aceleração crescente faz com que sejam perceptíveis as transformações no curso da vida humana: assim, a mudança do cenário físico transforma-se numa experiência individual, além de colectiva, e a relação



tradicional entre vida e ambiente inverte-se; o ambiente deixa de ser uma referência estável para os destinos variáveis das pessoas, mas renova-se com mais rapidez do que as recordações e os hábitos, exigindo das pessoas um contínuo esforço de adaptação”. (BENÉVOLO, 1984: 61) Esta profunda escala de mudanças, trazido pelos Tempos Modernos, põe continuamente em causa a desejável estabilidade de relação entre o indivíduo e o espaço que ocupa, quer seja público ou privado.

Tendo como fundo as crises legadas pela desagregação do ímpeto industrial que marcou a primeira metade do século XX, a Europa tornou-se palco de um generalizado debate em torno da renovação social e urbana das cidades. (GRANDE, 2005: 13) E sobre essa herança, sobretudo no período pós-II guerra, as cidades do velho continente tornaram-se no lugar dos “blocos massivos de habitação colectiva de repetições de ordem estética e tipológica”, (CANOTILHO, 2007: 22) alargando os limites da cidade e, por consequência, afastando as pessoas dos ambientes de relação social. Com base num modelo “fordista”, como lhe chama Nuno Grande, importado dos massivos processos de suburbanização Norte Americanos, a cidade passou a organizar-se no universo funcional “zonificado” proposto por Le Corbusier – Habitação, Trabalho, Lazer, Circulação – na contínua procura da eficácia da monofuncionalização. Assim, a cidade europeia do pós-guerra, “cresceu exponencialmente à custa de um financiamento estatal e massivo na indústria pesada, mas também na indústria da construção, duplicando a área habitacional em torno dos grandes centros urbanos, votando-os aos efeitos da terciarização e do *zoning* funcional, e gerando uma nova classe média, produtora e consumidora de bens de desigual necessidade, de lazer e de inúmeras horas de movimentos pendulares casa-trabalho/centro-periferia”. (GRANDE, 2005: 39) Para as cidades que resistiram a essa reconstrução, não tardou em surgir uma nova condição de revisão dos espaços qualificados e da estrutura produtiva da cidade, consequência do processo de globalização. Para Frampton, são os avanços progressivos das telecomunicações e dos sistemas de informação, assim como a fácil mobilidade transcontinental, que estão na génese dos diferentes fenómenos da globalização, e que, como consequência, colocam a prática arquitectónica a uma escala tanto global quanto local. (FRAMPTON, 2008: 419) Assim, perante esta ideia consolidada de “aldeia global”, complica-se a fórmula proposta pelos modernos,



com mais uma variável neste cálculo de incertezas. Do mesmo modo que o desenvolvimento do automóvel significou uma alteração da noção de movimento na cultura moderna, também o crescimento das novas tecnologias de comunicação, obrigaram a repensar o próprio conceito de mobilidade e das relações humanas.

Foram tempos de novas “utopias urbanas, que se assumiam como tentativas de redimensionar morfologicamente a cidade e o território” (BANDEIRINHA, 2007: 21) (B); foi tempo das propostas críticas em papel. Parecia claro “que a Arquitectura de produção habitacional atravessava, durante os anos sessenta e princípios de setenta, um período de ebulição, caracterizado por uma incessante procura de modelos, de métodos e de resultados”. (Idem: 58) Havia unanimidade em relação ao papel ambivalente que a disciplina desempenhava, não só no sentido de que, enquanto defendia uma postura mais voltada para o interesse público, tinha por vezes contribuído, sem espírito crítico, para otimizar o domínio da tecnologia, mas também no sentido de que muitos dos arquitectos “mais inteligentes” tinham abandonado a prática tradicional, tanto para se dedicarem às questões sociais quanto para projectarem a arquitectura como uma forma de arte. (FRAMPTON, 2008: 341) Propõe-se um urbanismo unitário, mas indeterminado; os espaços da habitação, como tal, expressam uma arquitectura aberta à apropriação e que deve incorporar os aspectos ligados à vida quotidiana. Para as outras cidade, as do Terceiro Mundo, a realidade parecia ser não menos preocupante, mas ao mesmo tempo inspiradora. Em fase transitória das suas estruturas urbanas, sob influência dos modelos ocidentais, começavam a lutar contra a proliferação dos seus bairros clandestinos, oferecendo campo de estudo e de análise que promoviam um urbanismo e uma arquitectura mais humanista, tendo, desde logo, John Turner com principal referência.

Já o cenário global pós-anos setenta, ficou marcado pela reestruturação da máquina financeira mundial, que com o desenvolvimento dos sistemas informativos, potenciaram uma reorganização espacial das actividades económicas, contribuindo para acelerar os processos de desenvolvimento urbano. Nos anos seguintes, os processos de globalização económica continuam, com a liberalização dos mercados internacionais, e com a retirada do Estado da regulação e intervenção nos mercados financeiros, permitindo a privatização dos serviços e actividades



económicas. As cidades sofrem um *boom* populacional e geográfico sem precedentes, condições que lhe formataram a estrutura espacial e social, criando cidades de centros vazios e periferias suburbanizadas. Noutros casos, criam-se redes urbanas que se agrupam em unidades policêntricas.

Apesar de tudo, os problemas habitacionais continuam. O “Planeta das favelas”, chama Pedro Fiori Abrantes à nova condição urbana. Com cada vez mais população a aportar às cidades todos os anos, o resultado passa por assentamentos humanos que se expandem como verdadeiras desurbanizações, sobre territórios delapidados por populações empobrecidas. O “lugar comum” nas cidades do Terceiro Mundo, que consiste na generalização do loteamento clandestino, da ocupação irregular, da favela, do *slum* como forma (des)urbana. Mas, como pensar a noção de projecto habitacional nesses “lugares comuns”? É a questão que fica, perante a problemática da habitação e da necessidade de se relacionar com o contexto, com a paisagem, a natureza das cidades e a sua própria evolução. São cidades que se apresentam cada vez mais como lugares de possibilidades ilimitadas, o *melting pot* generalizado; cidades que, “embora pólo de concentração de desigualdade, são também pólo de oportunidades”.<sup>1</sup> Será uma questão de considerarmos este neo-proletariado informal, e sobre uma nova perspectiva, encará-lo não como fonte do problema, mas como parte da solução. Aliás, Turner já apontava este caminho, concluindo que “a economia da habitação é um assunto que diz respeito aos recursos pessoais e locais, que leva ao princípio das tecnologias adequadas ao contexto”, e mais, “que a autoridade sobre a questão pertence aos próprios interessados, que conduz ao princípio de separação das escalas de projecto, entre *planning* e *design*, baseado na constatação de que só os moradores, no contexto do seu bairro, da sua localidade, têm a última palavra acerca dos seus próprios recursos e investimentos”. (BANDEIRINHA, 2007: 47) (B)

É de facto optimista o discurso de Turner, no sentido em que propõe uma reorientação da prática disciplinar, mais centrada no contexto do que em soluções globais; numa prática que comporta várias escalas espaciais, valorizando mais a habitação na sua forma e conteúdo, e que suporta utilizações diversas; em soluções que se adaptam ao destinatário e à forma como este se relaciona com o meio. Portanto, é uma preocupação que não é só de agora, mas que tem estado presente na consciência



arquitectónica ao longo dos anos, mais ou menos, de acordo com as circunstâncias de cada época. E porque, como diz Távora, a habitação, “que para existir teve que obedecer a um tão grande número de factores, passa a ser elemento condicionante, passa também a constituir circunstância” (TÁVORA, 2006: 23), não é pois clara, a forma como o planeamento urbano e a sua arquitectura habitacional afectam a definição do habitat e, também, o conjunto de comportamentos das populações que o habitam. Do planeamento urbano que se conhece, a expectativa em torno de uma solução credível não é muito alta. Desde o urbanismo agressivo da *tábula rasa*, passando pelas intervenções pontuais sobre a malha urbana existente, até ao urbanismo conservador de salvaguarda do património histórico e ambiental, o resultado é pouco animador: “a manutenção e mesmo o aprofundamento de situações de desigualdade, a produção de assentamentos humanos em áreas impróprias, a ausência de qualidade urbanística, a definição de cidadãos e territórios de primeira e segunda classe” (ARANTES, 2008: 7), onde a par com os novos espaços de exaltação da sociedade de abundância, se encontram outros de extrema miséria e degradação social. E é pelo facto de “constituir circunstância”, que da produção arquitectónica habitacional depende muita coisa, “desde a valorização ou desvalorização de um espaço, até à felicidade ou infelicidade dos seus moradores”. (TÁVORA, 2006: 24)



1.2\_Para onde vai?

Os destinos da crise habitacional



A quantidade de anos em que se reflectiu e discutiu o problema da habitação, sem que se tenha de facto, alcançado um consenso na enumeração das suas causas e conseqüente proposta de resolução, tem contribuído para que cada vez mais, o problema seja repensado e actualizado com a ambição da tão desejada, mas talvez impossível panaceia. E como não se chegou lá, a Arquitectura, enquanto disciplina, precisa ainda de se reposicionar, por forma a assumir um papel mais participativo e activo na apresentação de propostas e modelos habitacionais, que se afirmem em detrimento dos actuais modelos institucionais de provisão de habitação. Por isso, considerar todo o material teórico e prático dessas décadas de reflexão, tornar-se-á sem dúvida, uma mais valia para a concretização dessa ambição.

Foram vários os contributos na identificação de uma crise habitacional por demais evidente que, ao longo dos anos sessenta e princípios de setenta, “foram dando consistência teórica à ideia de aprofundamento das necessidades reais dos destinatários da arquitectura”, tendo sempre como necessidade latente, uma aproximação aos saberes das ciências sociais e uma postura crítica “à superficialidade técnica dos programas funcionais do Movimento Moderno”. (BANDEIRINHA, 2007: 23)

(B) Enquanto Charles Abrams insistia no facto de que a crise da habitação não se resolvia com “postulados universais, com manifestos funcionalistas ou com culturalismos herméticos, mas sim com uma actuação específica e contextualizada sobre as virtualidades locais”(Idem: 25), já arquitectos como Hassan Fathy ou alguns vinculados ao plano italiano INA-CASA, materializavam e punham em prática muitos dos conceitos e experiências que então eram publicados. No caso do arquitecto egípcio, para além dos recursos tradicionais usados nas construções modernas, o contributo maior seria na incorporação da mão de obra e do trabalho dos futuros habitantes no processo, o que reduzia substancialmente os custos da operação e, também, reforçava-se nos moradores uma estima e um apego à habitação imprescindível ao saudável relacionamento entre os dois; da parte do “Plano Fanfani”, como também era conhecido, é de salientar, por um lado, a eficiência legislativa que, a par com um sentido de missão dos profissionais de arquitectura, permitiu apresentar um número considerável de casas construídas e, por outro, num renovado aproximar da disciplina às classes populares, permitiu, “finalmente, lograr a penetração da



arquitectura erudita no seio do gosto das populações a servir”. (Idem: 55) Denota-se, em ambos os casos, uma preocupação de abertura do processo de projecto quer aos factores externos ao corpo disciplinar da Arquitectura (por exemplo, provenientes das ciências sociais), quer às condicionantes e especificidades locais e culturais das comunidades em causa. Apontava-se com isto, para uma revisão necessária do paradigma arquitectónico habitacional, que valorizasse mais conceitos de diversidade e especificidade local, em detrimento de “soluções universais para Homens universais” (CANOTILHO, 2008: 48), elegendo a questão da apropriação dos espaços como ponto de partida para a revisão do problema habitacional.

Contudo, as propostas e modelos deste período são tão diversificados e vagos, que não foram apenas estes dois exemplos que contribuíram para a contextualização da crise. Começando pelas *New Towns* Britânicas, passando pelas cidade-satélite escandinavas, até aos SAAL portugueses, os destinos da crise habitacional ganhavam contornos e proporções cada vez mais ímpares e difíceis de prever. E com o processo de globalização em curso, iam também chegando ao velho continente, relatos de ambiciosos programas de habitação e realojamento, realizados em alguns países da América do sul, o que chamava a atenção para os problemas que se viviam nas grandes cidades dos países em vias de desenvolvimento. Com grande parte desses programas a não conseguirem dar resposta à contínua migração das populações rurais para as suas principais cidades, o número de aglomerados irregulares e clandestinos densificava-se, fornecendo um campo de estudo ideal para um grupo disciplinar formado pela arquitectura e as ciências sociais, “ávidas por investigar as relações dualistas entre o habitat e o comportamento humano, estendendo a ideia aos modelos urbanos e formas de habitar”. (Idem: 49)

Partindo da análise das várias características destes assentamentos informais, começam a surgir um conjunto de valências e qualidades, que de forma alguma podiam ser descartadas. A apropriação do processo construtivo, o princípio de autodeterminação assente numa base de participação comunitária, a auto-ajuda, a flexibilidade dos espaços, a relação entre o lugar e o edificado; são valores associados aos assentamentos informais de carácter auto-construído, que começam a ganhar



peso no seio de uma prática arquitectónica necessitada de aproximação e adequação às particularidades dos espaços habitacionais desta natureza, e dos seus moradores.

Com o relato das suas experiências em muitos *barrios* das grandes capitais sul-americanas, John Turner alertava a comunidade internacional e a própria disciplina, para a necessidade imperiosa de encarar o projecto habitacional enquanto processo, percebendo a lógica de evolução das estruturas dos assentamentos irregulares e reconhecer as qualidades de entreatada, de auto-construção e de racionalidade construtiva inerentes a esses organismos. À semelhança do que defendia Charles Abrams, Turner considerava que o fenómeno dos assentamentos urbanos informais, pelas suas características, apresentavam-se mais como solução do que como problema. A sua inovação, “residia, não nas potencialidades de apoio técnico que os arquitectos e urbanistas podiam conferir às implantações existentes, mas sim na capacidade que as populações revelavam para resolver os seus graves problemas habitacionais, sem recurso a subvenções do Estado que, na maior parte das vezes, mais não eram senão enormes *bluffs* financeiros e administrativos”. (BANDEIRINHA, 2007: 45) (B) Como programa de acção para a resolução do problema habitacional, defendia claramente a separação de princípios entre *planning* e *design*. Cabia aos próprios moradores a definição dos recursos a investir, de acordo com o seu contexto sem que, apriori, fossem sujeitos a imposições de ordem formal ou estética, privilegiando soluções de auto-construção assistida, a partir da crença absoluta na autodeterminação do habitante, e a favor da posse cooperativa da propriedade.

Contudo, a criação de modos alternativos de lidar com o problema, tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento, tornou-se numa ilusão, e o lema da participação dos utentes como “cura para todos os males”, por ser difícil de definir e ainda mais difícil de pôr em prática, “serviu apenas para nos dar uma consciência mais aguda da intratabilidade do problema e do facto de que ele talvez só possa ser eficientemente abordado em etapas, por respostas apropriadas a situações específicas”. (FRAMPTON, 2008: 352) Embora muitos dos empreendimentos tenham resultado na construção de habitações de grande qualidade e diversidade, a verdade é que, a forma como os desejos e vontades dos destinatários foram interpretados e concretizados no processo de projecto, continua a ser uma questão de



alguma controvérsia. Ao nível do processo e das formas de construção de habitação, não só nas de custos reduzidos, mas na generalidade, a situação actual é reveladora da incapacidade da máquina produtiva absorver o conceito e a necessidade da participação dos moradores: é a política da casa “chave na mão”, do produto acabado, na qual raramente os moradores ou utilizadores têm qualquer influência, quer seja na definição do lugar ou em todas as outras questões de carácter programático. Desta forma, o esforço de inculcar os valores da participação dos utentes na produção habitacional, deve ser redobrado e insistentemente incentivado. Herman Hertzberger, nas suas lições de arquitectura, enfatiza solenemente a indispensabilidade da participação, condição *sine quanon*, para uma perfeita apropriação do espaço: deve haver uma reciprocidade entre a forma, o uso e a experiência, quer para diferentes indivíduos, quer em diferentes tempos. A participação dos moradores, e mesmo dos cidadãos, deve acontecer não só aquando da utilização da obra, mas acompanhar todo o processo de edificação, desde o planeamento até à execução. (HERTZBERGER, 1999: 66)

Assim, a disciplina arquitectónica, à semelhança do que aconteceu anteriormente, encontra-se perante vários desafios: por um lado, procurar e explorar processos e linguagens que configurem um corpo disciplinar capaz de se afirmar e crescer enquanto produtor de modelos edificantes; e por outro, assumindo as novas realidades de crescimento urbano, adaptar a prática profissional aos contextos em causa, lidando eficazmente com o leque de normativas e determinações programáticas, ao mesmo tempo que estabelece um equilíbrio entre a necessidade de abertura aos processos evolutivos e especificidades locais, e a precisão funcional deste tipo de programas. E é imperioso que consiga cumprir com estes desafios, uma vez que as projecções de crescimento urbano são assustadoras. Segundo as Nações Unidas, a população urbana mundial, em 2007, superou pela primeira vez na história a população rural. E o problema que se põe, é o de como dar resposta a este enorme crescimento de população urbana, que se prevê que alcançará os 5.000 milhões em 2030, dos quais 2.000 milhões serão pobres, a viver em assentamentos informais e ilegais. Sobretudo, porque se implementarão em zonas exclusivas das oportunidades que a cidade oferece, agravando o facto “de não termos desenvolvido um padrão



sustentável e homeostático de uso residencial da terra no decorrer dos últimos cinquenta anos”, não sendo mais do que “a consequência trágica e inevitável da nossa incapacidade de controlar o apetite pelo consumo de todos os recursos possíveis”. (FRAMPTON, 2008: 455)

Perante os destinos da crise habitacional, a Arquitectura enfrenta um desafio maior. Um desafio à altura da sua condição de produtora de modelos habitacionais e transformadora do espaço, do que de espaço transformado se possa entender. E terá que contar para isso, com renovadas noções de escala, já que esta acabará realmente por se impor como factor decisivo na planificação das futuras cidades e dos complexos habitacionais. Não ignorando, como apela Edward T. Hall na sua *dimensão oculta*, “que acima de tudo, a escala urbana deverá, em cada caso, corresponder à escala étnica, uma vez que cada grupo étnico parece ter elaborado o seu próprio sistema de escala”. (HALL, 1986: 193) Não é possível, portanto, ignorar o facto de que indivíduos educados no interior de uma determinada cultura, adquirem e vivem mundos sensoriais próprios e, por isso, diferentes de outras culturas. E mais, revela-se um erro monumental, tratar o homem à parte, como se ele representasse uma realidade distinta da sua habitação, das suas cidades ou da sua linguagem: “o homem e as suas extensões não constituem senão um único e mesmo sistema”. (Idem: 213) É necessário portanto, que para se resolverem os numerosos e complexos problemas habitacionais, a Arquitectura, e sobretudo o Homem, comece a pôr em questão as suas ideias de base acerca das relações do Homem com o seu ambiente, bem como do Homem consigo próprio, já que praticamente, tudo o que ele faz e é, está intimamente ligado à sua experiência com o espaço. Portanto, serão muito provavelmente as questões culturais a estabelecer os padrões globais da evolução desta crise. Crise, que o poderá deixar de ser, se assumir a cultura como o seu próprio destino.



### 1.3\_Como vai?

Os desafios urbanos e as políticas de habitação



À semelhança das transformações demográficas e socio-económicas que ocorreram nos países desenvolvidos na era pós Revolução Industrial, também os países em vias de desenvolvimento enfrentaram crescimentos significativos desde a internacionalização da crise habitacional que havia começado nos anos cinquenta, embora a um ritmo muito superior, extrapolando em número e escala o caso europeu e norte americano. Esta realidade é bem visível, quer na concentração de pessoas em mega-cidades, com mais de dez milhões de habitantes, quer no crescente número de cidades médias com mais de três milhões de habitantes (UN-HABITAT, 2008). Com dados tão preocupantes, a necessidade de repensar as actuais e herdadas políticas de habitação torna-se evidente.

Comparando os primeiros relatórios do Programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos – UN Habitat – que em 1976 apontavam linhas genéricas e consensuais de políticas urbanas e de habitação e sintetizavam problemas e soluções generalizados, com os mais recentes delineamentos estratégicos da mesma organização, a sensação que fica, é a de um agravamento persistente dos problemas levantados, com foco no aumento das assimetrias sociais e degradação dos ambientes urbanos, e também, uma globalizada inoperância e ineficácia por parte dos organismos competentes, Arquitectura incluída, e das próprias políticas de habitação. O que conduz a projecções extremamente preocupantes. Nas mais recentes previsões da organização, por volta de 2030, cerca de quarenta por cento da população mundial sofrerá de carências habitacionais gravíssimas, assim como falta de infraestruturas urbanas e serviços básicos. (UN-HABITAT, 2008: 2) Perto de três biliões de pessoas, cujo o destino será ditado pela habilidade com que as cidades responderão a estas exigências, com investimentos financeiros adequados, mas que se batem com contextos de crescente empobrecimento urbano, sobretudo nos países em desenvolvimento. A “urbanização da pobreza”, que caracteriza a mudança do *locus* da pobreza humana das áreas rurais para os contextos urbanos.

Contudo, também se apontam caminhos, e ambos são claros em afirmar as vantagens das economias informais, e optam por adoptar premissas do tipo *melhorar em vez de substituir*. Valorizam o uso de instrumentos de auto-gestão e auto-construção das comunidades irregulares, e reconhecem a necessidade de diferenciação dos



aglomerados de acordo com o tipo de propriedade do solo, o que torna a questão da posse do solo inseparável da própria questão da habitação. Neste caso, a territorialidade como necessidade humana de identificação com o espaço, e de relacionamento saudável com o meio ambiente. (HALL, 1986: 19) Ou seja, a tentativa clara de aproximação dos aglomerados informais aos mecanismos de mercado formal, visto que o primeiro, parece ser o único capaz de responder às necessidades de alojamento de um largo sector da nova população urbana, e que por força das suas características de entreaajuda, aliada a um investimento público em serviços e infraestruturas, poderá reduzir os custos de implementação das políticas de habitação.

No geral, apelam a valores idênticos aos defendidos por Turner, quer na questão da propriedade dos solos, quer na definição de critérios de avaliação da qualidade habitacional, iliminando o factor quantitativo, para privilegiar vectores como acesso ao emprego, saúde, habitação e qualidade ambiental. Sobretudo, são as questões urbanas que, segundo a UN-Habitat, devem ser integradas nas estratégias e políticas nacionais de desenvolvimento, quer para o conhecimento global do fenómeno de urbanização, e também porque, cada vez mais, caminhamos para um território de cidades-região, em vez do tradicional mundo de nações. Fenómeno que não é exclusivo dos países em vias de desenvolvimento, mas é partilhado com países de economias em transição, e também com os países desenvolvidos, embora cada conjunto de regiões e países, possua as suas próprias características que determinam desafios de desenvolvimento urbano específicos e, por consequência, distintos padrões de crescimento urbano. Nos dois últimos casos, os desafios prendem-se com o envelhecimento das populações, a dependência do automóvel, a deteriorização do parque habitacional e revitalização dos centros históricos, com a pegada ecológica e os excedentes de produção, com a fragmentação urbana, ou com as alterações estruturais do mercado de trabalho e crises do mercado habitacional que produz desemprego e empobrecimento como é o caso da actual crise financeira mundial com origem no *sub-prime* norte americano. Já nos países em vias de desenvolvimento, onde se prevê a concentração de noventa por cento das exigências resultantes do rápido crescimento urbano (UN-HABITAT, 2008: 3), os principais desafios estarão



relacionados com a já referida urbanização da pobreza, com a questão de como adaptar as necessidades de habitação com a disponibilidade de solo urbano, com a necessidade de diminuir o impacto das alterações climáticas, como se relacionar com o fenómeno emergente dos extensos corredores urbanos, saber responder às necessidades dos jovens como maioria da população urbana, e com a falta de conhecimentos e formação neste tipo de assentamentos humanos assim como no sector da construção. E resulta isto, num cenário que obriga à flexibilidade das políticas de habitação e dos seus intervenientes, confrontados com contextos diversificados e em constante movimento, o que, como previa Fernando Távora, pressupõe um cada vez maior número de técnicos a pensar sobre uma cada vez maior número de aspectos de um determinado problema – o problema da habitação. (TÁVORA, 2006: 37)

Para este último grupo de países, com foco nas regiões de África, Sudeste Asiático e América Latina, será para o continente africano que se fazem as projecções mais pessimistas, o que leva a que a maioria dos contributos para a resolução do problema habitacional se foquem lá, o que não é excepção para este trabalho. Isto, mais do que cenário problemático para os organismos responsáveis pelas políticas de habitação, e também para a arquitectura, deve ser antes, encarado como um desafio, uma possibilidade de contribuir com conhecimento e inovação para a resolução gradual do problema habitacional e suavizar o impacto negativo que a urbanização tem tido no desenvolvimento das cidades, por força das ingerências e planeamentos ineficazes. Mas para além do agravamento das questões habitacionais, está ainda latente o empobrecimento das populações urbanas, resultante da instabilidade financeira mundial, o que por um lado irá aumentar o número e escala dos assentamentos informais, e por outro, agravar o grau de dependência financeiro que os programas de provisão de habitação estão sujeitos por parte de figuras tutelares como o Banco Mundial ou o FMI.

Para fazer face a esta realidade, a UN-Habitat, organismo principal na luta contra os problemas habitacionais, definiu cinco áreas prioritárias para o seu Plano Estratégico e



Institucional de médio prazo, e que devem servir de base de formatação das actuais políticas de habitação. O primeiro objectivo defenido é o da defesa efectiva, monitorização e relacionamento, que promova a sustentabilidade da urbanização, através de pesquisa e controlo global, diálogo de políticas, parcerias estratégicas, campanhas globais, educação, comunicação e troca de experiências bem sucedidas; numa segunda área pretende promover o planeamento urbano participado, bem gerido e administrado, fortalecendo os governos (que continuam frágeis em muitos países em desenvolvimento), as autoridades locais e outros organismos para desenvolver cidades mais produtivas e inclusivas; fornecer habitação e solos para as camadas mais desfavorecidas dos assentamentos informais, que facilitem a administração da propriedade e a sua legalização; desenvolver serviços e infraestruturas urbanas capazes de responder aos desafios das alterações climáticas, sobretudo relacionados com o provisionamento de água e saneamento; e por fim, fortalecer os sistemas financeiros dos assentamentos informais, com foco para mecanismos financeiros inovadores que capacitem as instituições para alavancar as contribuições das comunidades, das autoridades locais e do sector privado, assim como os próprios governos e as instituições financeiras mundiais. (UN-HABITAT, 2008: 5) Em consonância com estas directivas, realizam-se projectos em África, Ásia e América Latina, que apesar de pequenos em escala, mostram-se encorajadores, porque demonstram que a qualidade não está directamente dependente dos meios económicos, e que qualquer arquitectura pode ser apropriada, desde que respeite as heranças culturais, que adopte tecnologia optimizadora dos recursos disponíveis, e acima de tudo, baseada nas necessidades reais e não em interesses especulativos, neocolonialistas ou de falsa caridade. Várias das experiências têm mostrado um crescente número de técnicos, que se organizam espontaneamente e realizam projectos não convencionais, com o propósito de guiar e ajudar organizações não governamentais, que se dedicam à reconstrução das habitações após uma catástrofe natural, que planeiam abrigos temporários para refugiados, ou que gerem e trabalham no melhoramento dos bairros pobres e das favelas nas vastas áreas metropolitanas. A força destas intervenções reside precisamente no facto de estarem em sintonia com as realidades locais. A sua singularidade reside na diferença, na solução não



estandardizada das soluções de design adoptadas e no processo de trabalho inerente a cada projecto. Trabalhar com as comunidades, perceber as suas necessidades, basear o trabalho no conhecimento dos técnicos locais, artesãos, profissionais, organizar campanhas sobre os direitos legais e consultar as pessoas nas opções de desenho, são algumas das premissas básicas dos que participam neste tipo de programas. De certa forma, devolver à arquitectura e ao planeamento urbano, a base ética e social que foram perdendo.

Dos programas habitacionais que optam por seguir estas premissas, não têm sido muitos os que conseguem passar do papel, contudo, os resultados produzidos pelos que se realizam, são prova de que muito do caminho que ainda há para percorrer pode, e deve, ser feito nesta via de soluções. Por exemplo, o Programa Favela Bairro no Rio de Janeiro do arquitecto Jorge Mário Jáuregui, tem trabalhado na urbanização das favelas, num exercício de gerência do conflito entre a cidade formal e a cidade informal, sistematizando a experiência acumulada durante décadas de intervenção nas grandes cidades, mas que vai para além das simples actuações segmentárias de saneamento básico ou de contenção de encostas. (GONÇALVES, 2009: 117) Construir cidade é o objectivo deste programa, o que significa introduzir atributos de urbanidade em contextos privados de espaços públicos. Nas favelas existe tudo menos espaço público, assim como edifícios de carácter público ao serviço das comunidades, e é isso que se procura introduzir, juntamente com novas condições de acessibilidade, com recomposição de centralidades, e a incorporação de novos serviços e equipamentos. É um programa claramente de base social, mas que acaba por levantar preocupações formais pela falta de espaço para a realização dos projectos, para além de reclamar responsabilidades à arquitectura, no que toca à criação de condições para a recepção do projecto e pela salvaguarda da qualidade destes, já que por vezes os parceiros públicos apenas estão interessados no cumprimento do contrato. Outro exemplo, já com uma abordagem diferente do anterior, mas com resultados igualmente relevantes para o progresso das comunidades, é o programa chileno Elemental, coordenado pelo arquitecto Alejandro Aravena. Apesar de também se debruçar sobre comunidades pobres que partilham a precariedade das suas habitações em condições ilegais, as opções de intervenção do programa têm por base



comunidades mais delimitadas e de organização espacial diferente do caso anterior, o que permite uma abordagem não tanto pela lógica de acupunctura de serviços, mas partindo do projecto das habitações numa perspectiva de valorização desta ao longo do tempo, encarando o problema da habitação mais como fonte de desenvolvimento, do que como gasto social. Sobre um conjunto de variáveis do desenho arquitectónico, ambiciona-se que o subsídio facultado pelo Estado se torne em capital investido, ou seja, que a habitação se revele para as famílias como um veículo de superação da pobreza e não apenas como simples provisionamento de um habitat. A política do *Do-tank* em substituição do *Think-tank*, tem permitido ao programa Elemental produzir habitação a um ritmo, ainda insuficiente, mas claramente motivante, e que, sobretudo, tem alterado positivamente os vários contextos de intervenção, solucionando as carências habitacionais das comunidades numa base de sustentabilidade. (ARAVENA, 2008: 164) (A) É um Programa que assume o desenho de projecto como um importantíssimo instrumento de trabalho , e tem tido o mérito de não repetir os erros do passado aproveitando muito do que já foi dito sobre o tema do Problema da Habitação, para sucesso do Programa e a favor das próprias comunidades, que vêem na valorização das suas propriedades, a estabilidade social e económica que lhes permite andar a par de outros extratos da sociedade mais favorecidos: o desejo da cidade como fonte de igualdade. Ainda uma outra experiência que merece ser referida, é a organização *Architecture for Humanity* (AFH) fundada pelo arquitecto Cameron Sinclair e a jornalista Kate Stohr, que através de concursos, seminários, fóruns educativos e parcerias com organizações de ajuda humanitária, têm criado oportunidades de trabalho para arquitectos de todo o mundo, com a finalidade de pensar a Arquitectura para comunidades que dela necessitam, em cenários de crise humanitária onde as carências de alojamento se apresentam com graus de urgência elevados. A organismo começou por promover um concurso de habitações provisórias para refugiados do conflito no Kosovo em 1999, mas rapidamente se tornou numa estrutura criadora de oportunidades para os arquitectos oferecerem os seus contributos em cenários de crise, deixando de ser um pequeno grupo de arquitectos para se tornar numa organização orientada para o projecto a grande escala. Em cenários tão diversos como a destruição provocada pelo tsunami de 2005 em vários



países do Nordeste africano e Sudoeste asiático, ou nas inundações de Nova Orleães provocadas pelo furacão Katrina, ou até no devastador terramoto na região de Caxemira entre a Índia e o Paquistão, a AFH tem dado o seu contributo não só na resolução de alguns problemas habitacionais nestes contextos de destruição, mas também tem construído um fundamento sólido como veículo de mudança para a actividade do arquitecto. A resposta significativa aos concursos por parte de arquitectos um pouco por todo o mundo, tem permitido o confronto de diferentes formações de arquitectos, o que acaba por resultar na conjugação de conhecimentos e práticas entre arquitectos locais e não locais. Mesmo sem ter sucesso em muitos dos seus projectos, a verdade é que a AFH tem um efeito catalizador para muitas iniciativas, onde muitos dos concorrentes afastados por qualquer motivo, acabam por adaptar as suas propostas a outros contextos e concretizam os seus projectos por conta própria e através de novas parcerias. (SINCLAIR, 2006: 25) Apesar de se focar em cenários de crise provocados por desastres naturais, as políticas adoptadas e geradas no seio da AFH, têm permitido debater a problemática da habitação dentro de uma base global, condição fundamental para uma resposta eficiente aos problemas habitacionais que se vão agravando de ano para ano.

Assim, significa que o enquadramento estratégico das actuais políticas urbanas, exige alterações no contexto operativo da arquitectura, assim como na definição de objectivos e análise dos requisitos dos projectos de habitação, ou seja, um ajuste do projecto em função da relação directa entre o programa habitacional e a estrutura urbana. Portanto, torna-se clara a necessidade de simbiose entre práticas arquitectónicas contextualizadas e políticas habitacionais inclusivas e participadas com o objectivo de potenciar desenvolvimentos urbanos sustentáveis. Significa que, perante as demandas de crescimento dos principais aglomerados urbanos mundiais, que comportam, por sua vez, grande parte das necessidades de abrigo da população mundial, as instituições responsáveis pelo provisionamento de alojamento vêem-se obrigadas a repensar as suas formas de actuação, no sentido de uma participação mútua em intervenções específicas e na responsabilização partilhada dos seus objectivos e obrigações.



## 2. A HIPÓTESE



2.1\_E que tal...

O projecto aberto



Assumindo que, na “cidade funcional”, o que se manifestava como particularidade era, de facto, o seu carácter de diferenciação, isso conduziu a uma especificação extremada de requisitos e de tipos de utilização, cujo o resultado acabou inevitavelmente por ser mais de fragmentação do que de integração, expondo claramente a fragilidade desses conceitos ao factor Tempo. (HERTZBERGER, 1996: 146) Esta fragilidade tem posto em evidência, hoje mais do que nunca, a impossibilidade de separação de Tempo e Espaço enquanto grandezas condicionadoras do processo de concepção de cidade. E como o espaço é contínuo, tendo o tempo como uma das suas grandezas, resulta isto na irreversibilidade do espaço, “ou seja, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda ressalta a afirmação de que o espaço está em permanente devir”. (TÁVORA, 2007: 19) Estas deduções do arquitecto Távora, escritas em plena crise habitacional das décadas de sessenta e setenta do século passado, deixa ainda implícita a necessidade de renovação da prática arquitectónica, tão urgente nessa altura como o é nestes dias. Perante a inevitabilidade da mudança, onde as soluções enfrentam realidades de permanente fluxo e onde tudo é temporário, as possíveis respostas operativas encontradas, obrigam a Arquitectura a introduzir valores de relatividade nos conteúdos e funções na sua prática disciplinar, embora controlados metodologicamente. E Portas foi claro ao pôr a questão por outras palavras: “como defender uma estética da adesão ao que é movediço, fugaz e rapidamente posto em causa por factores extrínsecos, emergentes e criadores de novas necessidades funcionais?” (PORTAS, 2008: 77) Alertava, então, para o estado de sobrevivência funcional da maior parte da obra arquitectónica, defendendo a configuração do projecto sobre uma lógica de abertura, sugerindo a noção de flexibilidade, ou seja, a capacidade deste adaptar as suas funções em relação à necessidade de caracterização dos espaços.

Surge o princípio de “obra aberta”, que sugeria um processo de abertura, natural mas limitado, que no entanto era susceptível de ser aplicado desde a escala do edifício à estrutura urbana, e sob o qual o projecto deveria orientar o conjunto das decisões estratégicas. Procurava-se adequar a estrutura da obra a diversas fruições sugeridas, quer pelo seu carácter incompleto que indicava mas não vinculava ampliações



possíveis, quer pela acção directa dos utilizadores, aos quais cabia a responsabilidade de completar e transformar a obra. Já mais tarde, e em jeito de crítica, Portas confirmava a validade destes princípios, no que refere à concepção dos planos e obra arquitectónica e da sua adaptabilidade funcional a factores de mutabilidade, referindo que só há bons exemplos, “se os instrumentos de planeamento forem flexíveis, porque a flexibilidade é o espaço que permite valorizar a inteligência na acção, que, em face dos acontecimentos, deve poder correr riscos. Se os planos forem mais flexíveis, os projectos ganham mais importância, mas não deixarão de ir ao plano procurar o contexto e o programa que os torna menos vulneráveis à actual discriminação do vedetismo político-arquitectónico”. (PORTAS, 2005: 16) A flexibilidade como palavra de ordem, que perante a impossibilidade de uma solução universal, deverá significar a negação absoluta de um ponto de vista fixo, ou seja, definitivo. No campo da arquitectura habitacional, esta realidade pode ser aplicada quer na concepção do objecto arquitectónico, quer no planeamento urbano estratégico, fazendo a ponte entre o “projecto aberto” e “cidade aberta”. Se, no primeiro caso, se adoptavam soluções do tipo evolutivo, com enfoque maior na auto-construção das habitações, já nos projectos de abrangência urbana, exploram-se conceitos de mobilidade e diversidade funcional ao nível das relações de proximidade.

Mas, se é verdade que houve um contributo por parte da Arquitectura para repensar os seus modelos e práticas, para além de identificar as situações de conflito urbano, que deram origem a vários estudos sobre a condição habitacional urbana em estreita relação com a degradação das condições de vida dos seus habitantes; não é menos importante dizer que, talvez por se concentrar mais nos contextos do que nos objectivos, por se apoiar demasiado na afirmação conceptual do que no objecto em si e, por delegar responsabilidades inerentes à própria prática profissional a uma entidade virtual e auto-gestionária, a Arquitectura deixou em aberto a resposta aos problemas transversais que havia colocado. (CANOTILHO, 2008: 68) O problema, segundo Hertzberger, é que nas cidades de hoje, somos confrontados com produção habitacional, que embora composta por variadas componentes, estas não deixam de ser uniformes, sendo que, ao equiparar a uniformidade das unidades habitacionais com a igualdade dos habitantes, atinge-se o ponto em que, habitações uniformes se



reunem em conjuntos habitacionais igualmente uniformes, ou seja, monótonos. (HERTZBERGER, 1996: 147) A uniformização dos espaços, parte do princípio da segregação das funções, e portanto, a diferentes actividades humanas como o habitar, trabalhar, comer ou dormir, correspondem exigências espaciais também elas diferentes. Ora, isso não é necessariamente verdade. Não é a actividade em si que define as características que determinado espaço deve ter, mas são as pessoas que fazem essas exigências específicas, na medida em que interpretam uma mesma função, de uma maneira pessoal, portanto, de acordo com os seus próprios gostos. (Idem) Isto, revela, em grande parte, muitos dos erros que se têm cometido durante décadas, na tentativa de resolução do problema habitacional. Ao definir, por exemplo, onde as pessoas devem colocar as suas mesas ou camas, estamos a contribuir para essa uniformidade e, dessa forma, as habitações e cidades que se constroem actualmente, dificilmente assumirão mudanças fundamentais. O que faz com que exemplos bem conseguidos sejam, de facto, raros. No caso de Amesterdão, exemplo referido por Hertzberger, sugere ele que a grande diversidade do centro histórico da cidade não é produto dos princípios de riqueza e variedade que lhe é subjacente, mas antes resultado de uma sequência de espaços nos quais, apesar de não serem em geral muito diferentes entre eles, o potencial para a interpretação individual é inerente à sua maior polivalência. Igualmente referindo o caso holandês, Nuno Portas realça como primeira via de resposta, a importância dos “grandes armazéns” abertos aos mais diversos produtos, como “containers” de espaço interno indeterminado. “Um caso típico de uma definição de forma que se faz, fundamentalmente, em atenção a um sistema urbano e não ao seu subsistema funcional. Um ‘container’ (de tráfego, de trabalho, de comércio ou de lazer) é pois um elemento chave da figuração da estrutura urbana, impondo uma ideia – formulada sempre programáticamente – de figuração, de relação com outros elementos primários, com áreas-residência e mais intimamente ainda, com os canais de comunicação. Nova-dimensão da composição que resolverá – e só ela – a arbitrariedade de atribuição de forma e expressão a um grande ‘hangar’, para qualquer coisa que apenas os utilizadores traduzirão em espaço, permitindo que o autor pense a envolvente e acessos a partir de um espaço citadino, um *locus*, em vez



de se perder em composição vazia de sentido de grelhagens ou painéis mais ou menos caprichosos – e decorativistas”. (PORTAS, 2007: 130)

Contudo, já não será necessário um grande esforço, para identificar exemplos, que não foram capazes de forjar uma solução que desse resposta à questão levantada por Portas.

Veja-se o caso dos alojamentos para grupos populacionais de baixo rendimento económico, construídos pelos organismos públicos de Chicago, conhecidos por *Cabrini-Green*, os quais foram parcialmente demolidos e se encontram hoje perante um processo de reestruturação profundo. Neste caso, a impressão que fica é de que os problemas foram mais camuflados do que encarados com vista a uma solução. A maioria dos inquilinos deste complexo habitacional, pertencia a populações negras, que afluíam a Chicago vindas de regiões rurais e das pequenas cidades do sul dos Estados Unidos, e que, de facto, não possuíam qualquer experiência ou tradição de vida urbana, o que se traduz numa formação totalmente inadequada no que ao “habitar” se refere. (HALL, 1986: 192) Apesar de, os “novos prédios altos” estarem localizados numa zona central da cidade, e de se mostrarem menos deprimentes do que as barracas que substituíram, a verdade é que foram geradores de várias perturbações para quem lá vivia. Os habitantes deste aglomerado, mostraram-se particularmente claros quanto à condenação dos novos apartamentos construídos em altura, visto que lhes pareciam impróprios no que se refere à satisfação da maior parte das necessidades humanas de base. Os edifícios, representavam para eles, apenas a dominação branca, uma espécie de monumento erguido como prova de malogro das relações étnicas. Riam-se então, da maneira como os brancos empilhavam os negros, uns em cima dos outros, naquelas construções de habitação em altura. (Idem) Outro exemplo interessante, será o caso do complexo Robin-Hood Gardens, da dupla Alison e Peter Smithson, construído em 1972, e que enfrentou recentemente ameaças de demolição. Alegando o avançado estado de degradação do edifício e o aumento da taxa de criminalidade, as autoridades locais assumiam a legitimidade de demolir o complexo, mesmo sendo unânime a opinião em relação à qualidade de vida da comunidade, dotada de equipamentos, comércio e escolas. Mas se assim é, o que levará a pensar que são os edifícios, e não outros factores, os causadores de tais



situações de conflito? “O aumento previsto da densidade populacional para aquele sector, em conjunto com a valorização imobiliária daqueles terrenos das *docklands* londrinas, faz crer que os motivos por trás desta acção de demolição, tem que ver mais com interesses alheios, do que com a vontade em melhorar as condições de vida dos seus habitantes”. (CANOTILHO, 2008: 69)

Ou por exemplo, para falar no caso português, os recentes conflitos e alegados interesses na demolição do complexo habitacional do bairro do Aleixo, no Porto, ou mesmo os distúrbios ocorridos no bairro da Bela Vista, em Setúbal, onde jovens revoltados pelo perpétuo estado de exclusão, reclamam, com recurso à violência, a falta de oportunidades de emprego e de investimento público naquelas comunidades. É directa a analogia, com os motins produzidos nas regiões suburbanas de Paris, lugar dos *grands-ensembles* conhecidos pelos seus esquemas lineares de grandes barras habitacionais e grandes vazios de alcatrão. À semelhança do Maio de 1968, também agora as críticas a este conceito habitacional se fazem sentir, quer pelo significado social e económico que possuem, quer pela evidência do perigo em extremar a condensação social. Já em 1929, o arquitecto russo Moisei Ginzburg, ao explicar o conceito para um bloco de apartamentos em Moscovo, dizia que não se pode mais “forçar os ocupantes de uma construção específica a viver em colectividade”, como aconteceu anteriormente, em geral com resultados negativos. Deve antes, possibilitar-se “uma transição gradual e natural para o uso comunitário de áreas diferentes”, por forma a potenciar o alcance de “um modo de vida socialmente superior”, ou seja, “estimular, mas não ditar”. (FRAMPTON, 2008: 210) Mas, uma vez mais, o arquitecto Nuno Portas é claro na análise aos problemas que levaram ao fracasso deste modelo de habitação, apontando que esquemas de desenvolvimento linear, que assimilavam espaços de uso colectivo, em conjunto com tipologias habitacionais, “facilitariam a ligação à concentração terciária-habitação, se não fossem postos em perigo pela conjugação corrente de densidades baixas e espaços livres disseminados. Sobretudo, são as baixas médias dos recursos económicos da população que não permitem a breve prazo a florescência de bandas tão extensas de estabelecimentos ou outros equipamentos”. (PORTAS, 2007: 143) (A) Contudo, se é admissível a falência destes projectos habitacionais, a verdade é que os problemas que assistem a



estas comunidades, são bem mais transversais e complexos e que vão para além do campo de influência da Arquitectura.

É portanto, certamente concensual, que a Arquitectura adoptou o papel de espectador durante demasiado tempo, no que toca à participação e discussão dos conflitos e necessidades da habitação para os sectores mais precários, assim como da relação com os contextos políticos e económicos. Como dizia Alves Costa, “ao nosso lado, as novas expressões da questão social que se expressam na diversidade dos movimentos sociais com temas tão alargados e tão diversos como a cidadania, as desigualdades, as diferenças, as exclusões, a guerra, mas também os espaços, os territórios ou as urbanidades, atravessam transversalmente o tecido social, sem aparente reflexo no discurso dos arquitectos”. (COSTA, 2007: 53) Assim torna-se obrigatório reactivar as práticas e intervenções arquitectónicas em áreas de conflito relativas ao actual fenómeno urbano, assumindo com grande utilidade, processos e metodologias enunciadas na arquitectura habitacional dos anos sessenta e setenta do século passado, elegendo conceitos valiosos como a flexibilidade, a adaptabilidade ou os projectos participativos, como contributo para uma prática disciplinar renovada.

“Na essência, trata-se de retomar uma agenda interdisciplinar motivada pelo conhecimento de valores externos ao exercício de projecto, assumindo a tarefa de colaborar com o desenho num processo que implica o conhecimento das vicissitudes políticas e económicas do contexto onde se procede à intervenção”. (CANOTILHO, 2008: 70) Parece, no entanto, que a aplicação do princípio do “projecto aberto”, continua a ser a melhor fórmula para combater as soluções convencionais dos projectos de habitação de gestão centralizada. E esta proposição metodológica ganha, sobretudo, mais relevância no contexto espacial e social dos assentamentos ilegais e informais.

Fernando Távora chamou-lhe o sonho possível, e Alves Costa sublinhou por baixo. Na recusa determinante de Planos Gerais, exaltavam-se as potencialidades do desenho, de se “desenhar muito, do local para o global, do particular para o geral, lançando em novas bases que incluíam, como instrumento de projecto, a participação activa dos moradores, uma metodologia de intervenção na cidade, reutilizando as suas estruturas



com novos conteúdos, transformando e recuperando, para usos mais domésticos, os seus valores próprios”. (COSTA, 2007: 55) Partindo do fogo como célula ou unidade, caminhar no sentido do seu agrupamento, e em seguida, determinar os programas dos seus equipamentos, “estabelecendo regras para a mobilidade e a comunicação”, e assim, atingir os limites da cidade, que, uma vez ultrapassados, encontrarão outros que caminham “em nossa direcção, em sentido inverso ao nosso”. (Idem)

A Arquitectura, reverte assim o seu contributo, para a desmultiplicação em tarefas práticas a dois níveis: num primeiro, agindo horizontalmente em conjunto com diversos agentes de mediação social, ao nível das comunidades, desenvolvendo mecanismos participativos que incluam activamente os moradores nas opções de projecto e planeamento dos seus bairros e habitações; e num segundo, operando ao nível das relações verticais, onde haja interacção entre as instituições que geram a distribuição de recursos e os vários agentes governamentais, discutindo estratégias de financiamento e alteração dos regimes legais. Para além disso, defende Portas, deve também corresponder à extensão das atribuições dos organismos familiares de base habitacional, “num sentido horizontal conferindo-lhe uma dimensão política e administrativa local, como garantia segura de uma base democrática baseada na convivência; e num sentido vertical, chamando-as a desempenhar papel influente na própria legislação e políticas habitacionais”. (PORTAS, 2004: 33)

Contudo, persiste a questão em saber, como poderá a Arquitectura traduzir em desenho, aspectos que não estão dentro da sua competência disciplinar? Ao introduzir premissas que carecem de objectividade formal, como é o caso das qualidades evolutivas e participativas dos projectos, ocorre sempre o problema e a necessidade de projectar sobre essas questões, por forma a idealizá-las e antecipá-las formalmente. Mas, também é verdade que, mesmo que os projectos possuam princípios de flexibilidade, de apropriação ou de usos mistos, será o contributo activo e a participação dos seus utilizadores a ditar o sucesso do projecto, o que torna esta condição um dilema. Ou seja, mesmo que se projectem habitações que comportem simultaneamente núcleo habitacional e espaços para apropriação diversa, respondendo de uma vez só à carência de habitação e possibilitando ao utilizador



explorar um negócio próprio ou aumentar o espaço habitacional em função do agregado familiar, a verdade é que o sucesso das opções projectuais vão estar sempre dependentes do activismo dos moradores, ou do grau de facilitismo que estes possuem para estabelecer redes de relação social. É, de facto, uma realidade que escapa à esfera de influências da Arquitectura, e só através de mecanismos apropriados é que as comunidades se poderão emancipar gradualmente até ao ponto da sustentabilidade.

Como se não bastasse, “também é verdade que a qualidade da arquitectura determina, de melhor ou pior forma, a capacidade de organização e promoção das actividades da comunidade. Nesse caso, o projecto é um instrumento importante pela sua contribuição como processo de organização espacial, tão mais útil, quanto maior for a sua capacidade em manipular questões tradicionais como a relação entre espaço público e privado; adequando os princípios de densidade e usos mistos ao conhecimento dos contextos de intervenção; relacionando equipamentos e serviços sociais com os espaços habitacionais”. (CANOTILHO, 2008: 71)



## 3.A PROPOSTA



### 3.1\_ Interpretação prática

Aproximações à realidade



O estudo de um qualquer tema relacionado com a actividade do Homem, para além da abordagem teórica e esforço de pensamento que requer, não pode nunca descartar ou desligar-se da realidade que originou o levantamento de determinada problemática. Não será diferente para a Arquitectura, e muito menos para o caso concreto em estudo, identificado como o problema da habitação. Assim, evitando a responsabilidade de eleger um caso de estudo, para a aproximação prática ao problema, pelo risco da subjectividade de interpretações que poderia suscitar, optou-se pela realização de um projecto de habitação, por forma a testar e pôr em prática os muitos pensamentos e elementos teóricos anteriormente abordados, com o *Do-Tank* como ambição, em mais uma etapa deste *work in progress*.

A realidade global que o problema da habitação apresenta, da identificada “urbanização da pobreza”, adopta no entanto, características e dimensões heterogénias nas diferentes regiões e sub-regiões onde as carências habitacionais preocupam. Dessas regiões, talvez a mais interessante de ser abordada, será a do continente Africano, quer pelo facto de ser alvo das projecções de crescimento urbano mais alarmantes, quer também pelo facto da população rural ainda superar a população urbana, o que, segundo as Nações Unidas, define África como uma das regiões menos urbanizadas do planeta. (HABITAT, 2008: 8) Esta condição, para além de colocar o continente na rota dos grandes organismos de influência mundial das diferentes áreas, constitui também, um campo de estudo e de experimentação, ideal para materializar muitos dos postulados teóricos idealizados, o que poderá ainda fomentar um espírito de compromisso, na tentativa de evitar os erros cometidos anteriormente, na esperança de solucionar o problema, ou parte dele, antes de ser ultrapassado o ponto de não retorno.

No fundo evitar o que, por exemplo, tem acontecido com a “ocidentalização” da China, nomeadamente nas políticas de crescimento urbano, que a pretexto de eventos culturais ou desportivos, como os recentes Jogos Olímpicos em Pequim, se procedem a grandes reestruturações no tecido histórico da cidade, alterando-o profundamente. No caso, a construção das infraestruturas, em consonância com a escala e dimensão do evento, ditou a destruição de áreas habitacionais consolidadas, lugar das tradicionais casa-pátio, os *hutongs*, que ao desaparecerem, enviaram grandes massas



de desalojados para cidades satélite e dormitórios nos subúrbios da cidade, com as consequências que todos conhecemos. Por culpa do fulgor e crescimento económico do país, as questões do habitat estão a ser camufladas e postas em segundo plano, mas que inevitavelmente trarão problemas para as futuras gerações, realidade que no entanto, pode ainda ser alterada ou diminuída no caso africano.

Os movimentos demográficos no continente africano só recentemente elegeram a cidade como destino principal, o que tem alterado as características territoriais a um ritmo acelerado. Das vinte e oito cidades com mais de um milhão de habitantes em 1995, existem actualmente cerca de quarenta e três cidades que ultrapassam esse número, prevendo-se que chegarão a ser cinquenta e nove em 2015. (HABITAT, 2008: 9) Mas é nas cidades com menos de quinhentos mil habitantes, que o crescimento será mais acentuado, absorvendo cerca de dois terços do crescimento total da população urbana, pelo que será necessário prever habitações e serviços para o dobro dos habitantes que existem actualmente. Apesar das cidades produzirem cerca de cinquenta e cinco por cento da riqueza total do continente, uns massivos quarenta e três por cento da sua população urbana vive abaixo do limiar da pobreza, fomentando o crescimento dos assentamentos humanos degradados, representando em alguns casos, a totalidade do crescimento espacial actual. Não será, portanto, surpreendente que os problemas ambientais urbanos reclamem cerca de um milhão de vidas africanas por ano. (Idem)

A falta de vontade política, tem permitido que as deficientes ou inexistentes políticas urbanas continuem a afectar a maioria das cidades, impossibilitando a descentralização das autoridades e recursos para um nível local. Num cenário onde as estruturas de gestão urbana não incapazes de responder ao rápido crescimento de população nas cidades, prevelem as pobres infraestruturas locais e regionais como principal obstáculo ao progresso e desenvolvimento socio-económico Africano. Perante tais obstáculos, as cidades e os seus habitantes, têm revelado uma certa habilidade em adoptar estratégias de sobrevivência, transformando cada oportunidade em acções de efeito positivo. Mas, mesmo esta incrível flexibilidade tem os seus limites, sobretudo, face ao rápido crescimento de preço dos alimentos e energia, e à medida que as cidades vão crescendo, vão também ficando mais



vulneráveis a desastres, quer naturais, quer sociais, não possuindo estruturas de gestão que lhes permitam antecipar os problemas ou dar-lhes resposta quando estes surgem.

E, como se não bastasse, a realidade é ainda mais complexa. A progressiva urbanização introduziu mudanças nos padrões e configurações espaciais da cidade, onde as tradicionais cidades estão a desenvolver-se sobre padrões de urbanização regional, resultando em cidades-região caracterizadas por longos corredores urbanos, criando mega regiões urbanas. Apesar destas cidades-região poderem representar saídas e potenciar a integração do continente na economia global, têm por outro lado, um potencial ainda maior de se tornarem pólos de desigualdade, corrupção e sofrimento humano, exigindo cada vez mais, estratégias urbanas visionárias, baseadas em lideranças fortes, capacidade de antecipar problemas e de construir interpretações estratégicas com base na realidade actual. A inevitável herança colonialista, inibiu em parte, o desenvolvimento económico e político de muitos países Africanos, contribuindo também as desiguais condições globais de mercado para hipotecar o crescimento económico e a estabilidade política. Em alguns países, a fraca produção de riqueza no período pós-independência, sumada ao surgimento de conflitos, de centralização extremada do poder e de proliferação da corrupção, têm contribuído ainda mais para o empobrecimento das populações, para não falar da crescente frequência de desastres naturais e da propagação do vírus HIV/SIDA, que em nada têm contribuído para melhorar a situação.

O crescimento destas cidades, que inicialmente se fez por via das migrações campo-cidade, resulta hoje do crescimento natural das populações, o que acrescenta dificuldades à gestão urbana, constantemente ignorada, por força de constituições políticas de base rural, que vêem a cidade como fonte de proliferação de oposição, o que resulta em autoridades de gestão urbana com poucos recursos e sempre dependentes da intervenção central. Ou seja, os lucros gerados pela débil máquina produtiva são geralmente usados em propósitos consumistas, na vez de serem reinvestidos em habitação social, infraestruturas e criação de empregos, contribuindo para que o fenómeno de urbanização se realize por processos de extremo empobrecimento.



E o resultado é inevitável, para além de partilhado pela maioria das cidades do continente: urbanização massiva por processos de auto-construção, dominada por assentamentos informais e ilegais, e proliferação de habitantes sem acesso a habitação e serviços adequados, assim como de privação de bens básicos como água, saneamento, electricidade ou acessos viários. É a realidade para países historicamente associados a Portugal, como Angola ou a Guiné-Bissau, que figuram no top cinco dos países Africanos com as mais altas percentagens de bairros degradados na constituição das suas cidades, com 86.5 e 83.1 por cento respectivamente. (Idem: 8) Países da costa ocidental africana, onde se prevê a segunda mais alta taxa de crescimento urbano, apenas superada por alguns países da costa oriental. Para além disso, a sub-região da África ocidental, caracterizada por extensas áreas de costa de baixa altitude, alberga nestas zonas a maioria das suas grandes cidades, e conseqüentemente, milhões de habitantes, tornando a área vulnerável ao impacto da subida do nível dos mares, por força das preocupantes alterações climáticas.

Assim, se estes significativos impactos não forem cuidadosamente geridos, a rápida urbanização em curso nesta região produzirá sérias conseqüências, não só no ambiente, mas também nas economias regionais e nacionais, para além de pôr em causa a estabilidade social. É, de facto, um cenário preocupante que levanta questões que ultrapassam largamente o âmbito deste trabalho. Contudo, o compromisso e a ambição de assumir o processo de projecto como instrumento importante de trabalho, de transformação e de melhoria do espaço urbano, persiste como um dos objectivos desta investigação.

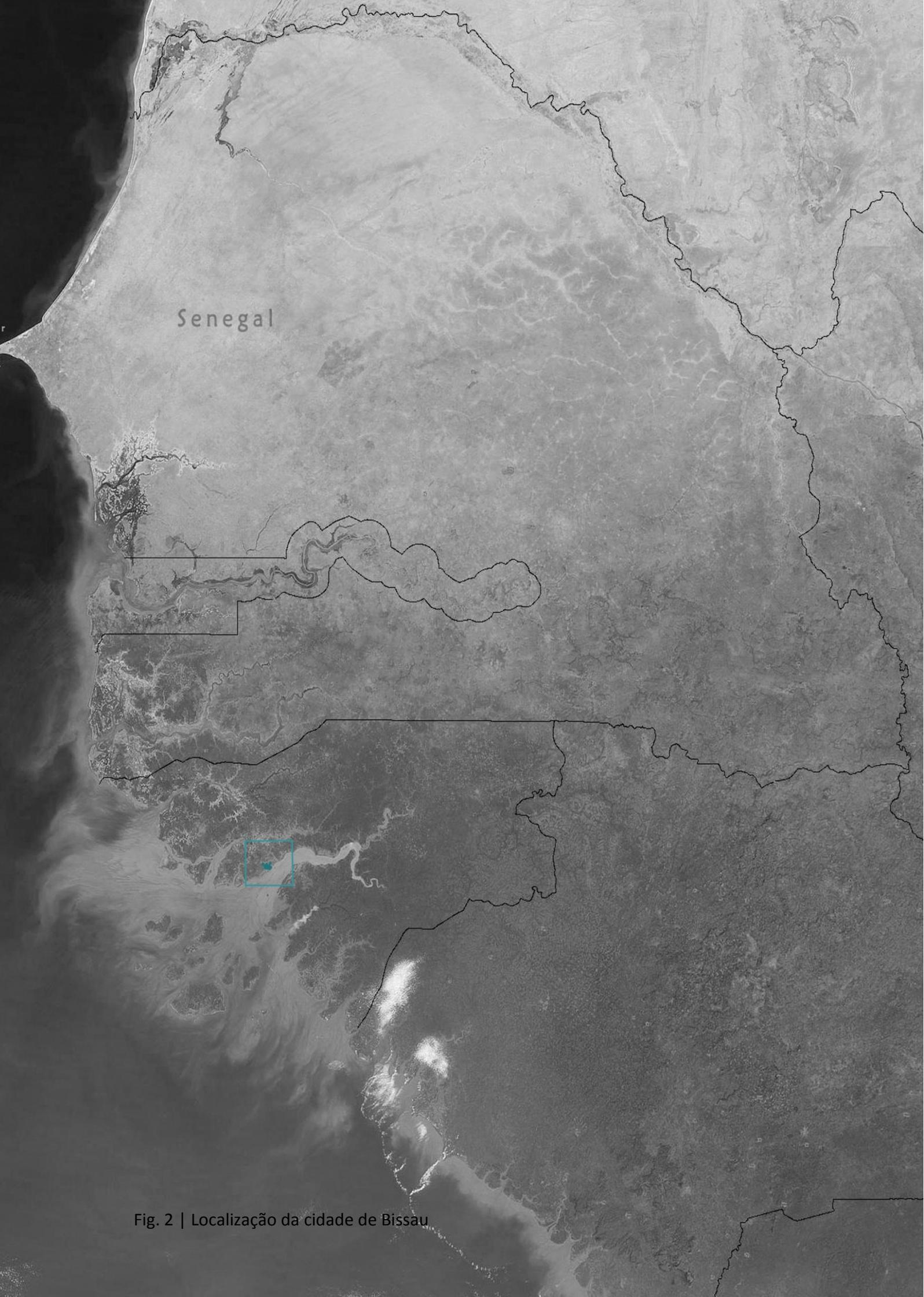


O projecto de Bissau



O relacionamento histórico entre Portugal e grande parte das suas ex-colónias tem contribuído para a criação de sinergias estratégicas de cooperação económica, política e também cultural, possibilitando a resolução partilhada de diversos problemas e fragilidades. Neste caso, é a preocupação conjunta sobre a qualidade da vida urbana na capital da Guiné-Bissau, que levou a que se realizassem dois trabalhos, que em forma de complemento, apresentam argumentos práticos que possam solucionar alguns dos problemas que foram levantados, sobretudo relacionados com a Arquitectura e a organização do espaço, e logo com a qualidade de vida dos seus habitantes, já que se pode conferir à Arquitectura “uma espécie de função fundacional em relação a todas as coisas, pelo menos no sentido em que lhes dá lugar e assim também as compreende”. (COSTA, 2007: 38) (B) A realização de um plano estratégico para a cidade de Bissau, com apresentação de projectos pontuais para várias infra-estruturas vitais ao bom funcionamento da cidade, criou as condições necessárias para que a interpretação prática à problemática da habitação, se pudesse realizar.

Perfeitamente enquadrada na realidade dos países Africanos anteriormente descrita, a Guiné-Bissau, apresenta hoje um dos mais altos níveis de empobrecimento das populações de todo o mundo, o que inevitavelmente, tem reflexo na qualidade de vida das cidades e nas condições de habitabilidade das populações. Situada na costa ocidental de África, a Guiné-Bissau possui um clima tropical, com época de monções desde Maio até Novembro, mas com temperaturas bastante elevadas ao longo do ano. A cidade de Bissau, rodeada por diversos canais do rio Geba, caracteriza-se morfológicamente pelas suas estreitas colinas e vastas planícies aluviais, arenosas e pantanosas, mas com condições para o desenvolvimento de construções, sobretudo em cotas acima dos quinze metros. Cidade principal da colónia portuguesa desde o século XV, que assumiu a independência em 1974, tem desde então, evoluído em sentido inverso ao desejado, com o constante crescimento da população a criar grandes entraves ao desenvolvimento da cidade. No período pós-independência, herdou os problemas urbanísticos criados pela administração colonial, continuando a assumir o papel de capital, acumulando todas as funções inerentes a essa condição, albergando as funções político-administrativas, comerciais e industriais, para além das culturais e



Senegal

Fig. 2 | Localização da cidade de Bissau

sociais de maior envergadura, como o hospital nacional, liceus e faculdades, assim como representante do maior centro de oferta e procura de emprego do país. Sem um Plano Director para definir, orientar e criar directrizes para um crescimento disciplinado da cidade, esta foi crescendo “sob o signo do imprevisto, ao sabor de rasgos de génio, de golpes de fortuna e de necessidades de circunstância”, originando espaços caóticos, sem condições para a implementação de infra-estruturas básicas. (SPÍNOLA, 1973: 8)

Só a partir de 1990 se elabora o Plano Geral Urbanístico de Bissau (PGUB), com o objectivo de dotar a cidade de um instrumento legal, capaz de orientar a execução de transformações, previamente definidas no que toca à ocupação do solo e ao respectivo acompanhamento técnico, tendo em consideração os factores de desenvolvimento da cidade na sua totalidade. Um passo importantíssimo, mas que não foi acompanhado pela necessária estabilidade económica e política, o que desde logo impossibilitou a aplicação do Plano. Contudo, o diagnóstico feito pelo PGUB, aponta para uma população urbana que apresenta características ainda rurais, com a agricultura e a pesca artesanal como principal actividade económica, embora refugiada no sector informal de pequenos comércios de retalho, numa espécie de mercado paralelo de mão de obra não especializada. Alerta ainda para a situação deficitária da cidade em termos de equipamentos colectivos, com falta de espaços para actividades de lazer, cultura e desporto, assim como áreas verdes e parques, aconselhando a inclusão de vários centros terciários nos bairros de Bissau, que prevejam a construção de equipamentos comunitários, quer de lazer, quer de serviços.

No que toca às condições do parque habitacional, constata que cerca de oitenta e três por cento está em mau estado de conservação e localiza-se em bairros periféricos degradados, com elevados índices de ocupação do solo, com mais de trezentos habitantes por hectare, em habitações de apenas um piso. Acaba também por referir nesse diagnóstico, a necessidade de clarificar as questões da posse e propriedade dos solos, assim como, classificá-los de acordo com o seu valor de uso. À medida que as áreas urbanas vão abrangendo as suburbanas, é notória a situação de conflito na concessão de terrenos para construção, por parte da entidade camarária, chamando a atenção, por um lado, para a ausência de terrenos de domínio público e reservados ao



Fig. 3 | As cinco zonas de intervenção do projecto de Natanael Lima

- Zona 1 – Aeroporto
- Zona 2 – Estádio Olímpico
- Zona 3 – Porto de Pidguiti e Marina
- Zona 4 – Centro Cultural e Congressos
- Zona 5 – Mercado de Bandim e Centro de Negócios

Estado, e por outro, para a necessidade urgente de implementar processos de regulamentação da posse e uso dos solos nas áreas urbanas e suburbanas.

Na tentativa de compensar essa falha, surge o projecto do estudante de Arquitectura Natanael Lima, que serve, por um lado, de enquadramento estratégico à parte prática deste trabalho, e por outro, não ignorando os objectivos principais do PGUB, pretende implantar uma política de reordenamento do território que consiste na criação de pólos de atracção devidamente urbanizados, com o intuito de disponibilizar benefícios colectivos indispensáveis à promoção social. No fundo, tentar transmitir aos habitantes uma mensagem organizada da sua identidade e do seu valor cultural, que possibilitem posteriormente, o crescimento ordenado da zona envolvente aos pólos. Uma espécie de acupunctura urbana em cinco pontos distintos, que visam clarificar e melhorar significativamente o funcionamento da cidade, para além de articular esses pontos entre si e a restante cidade. Genéricamente, a sua intervenção passa, numa primeira área, pela renovação do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira; depois, pela criação de um pólo desportivo olímpico e de lazer na zona do actual Estádio 24 de Setembro e áreas circundantes; no tratamento urbanístico de toda a zona do porto de Pidgiguiti, com a construção de uma marina, renovação da marginal e adaptação do Forte de S. José de Amura a museu; criação de um centro cultural e de congressos no destruído estádio Lino Correia; e finalmente, também no centro da cidade, a criação de uma área central de negócios e actividades ligadas ao sector terciário.

É nesta última área do plano estratégico para Bissau, que se enquadra a intervenção prática do presente trabalho, uma vez que, é a única parte do plano que entra em conflito com aglomerados habitacionais consolidados. Por se localizar no centro da cidade, por concentrar massivamente actividades terciárias, que dão forma ao mercado de Bandim, e pela organização caótica, onde se continua a construir a um ritmo preocupante; este lugar, é sem dúvida, aquele que carece de uma intervenção mais urgente e cuidada. Numa extensão aproximada de oitocentos metros, onde a densidade e afluência de pessoas é altíssima, é pouco clara a fronteira entre mercado, vendedores ambulantes e aglomerados habitacionais, para além dos espaços se tornarem reduzidos, mal ventilados, sem luz natural e sem infra-estruturas de saneamento básico, que facilitam a propagação de doenças, como a Cólera ou a

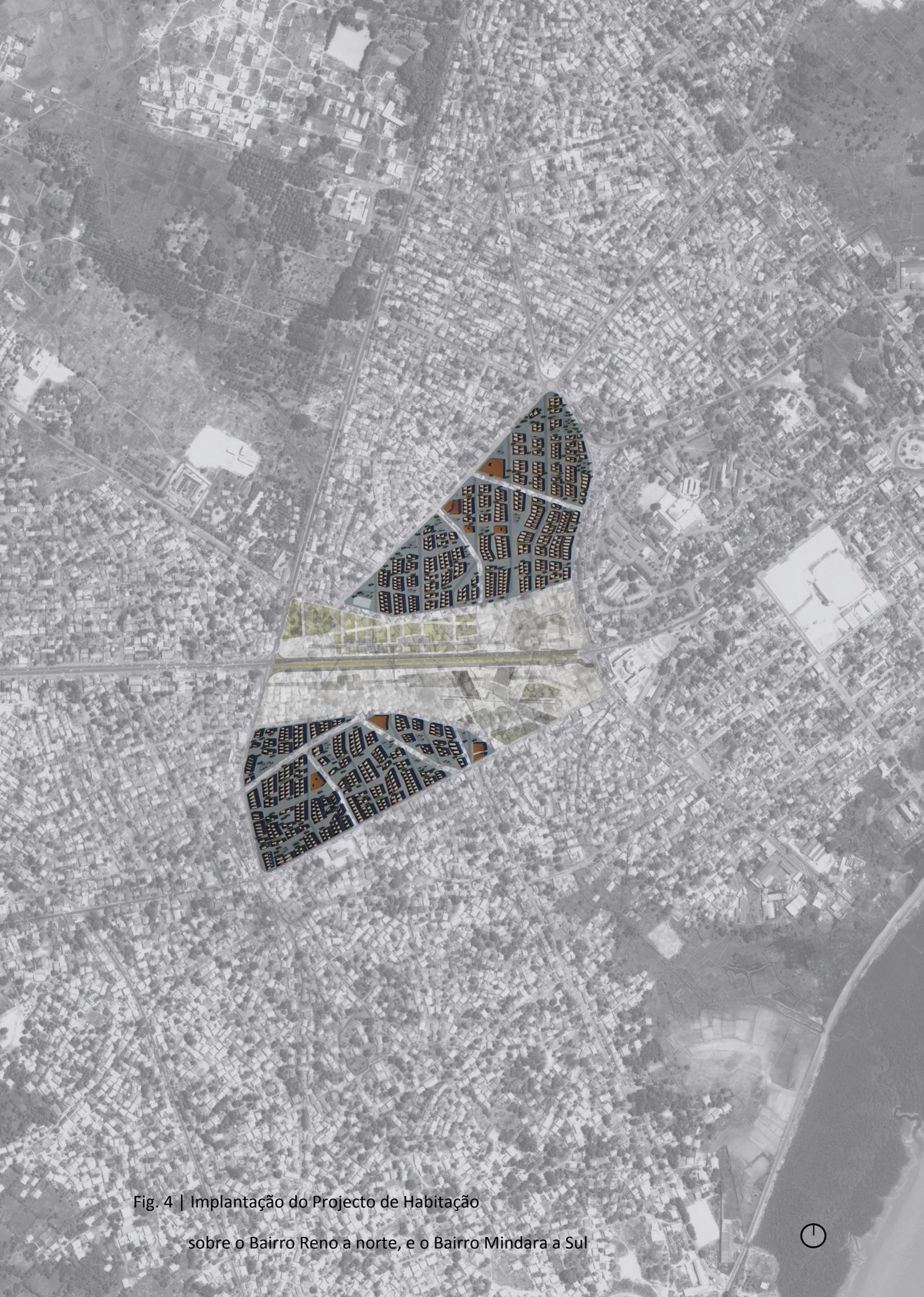


Fig. 4 | Implantação do Projecto de Habitação

sobre o Bairro Reno a norte, e o Bairro Mindara a Sul



Malária, sobretudo na época das monções, e até mesmo a prática de crimes. Localizada no início da Av. 14 de Novembro, que liga ao aeroporto, a área do mercado de Bandim é apenas delimitada a nascente pelo Palácio Colinas de Boé, que alberga o parlamento, e de resto, dilui-se na extensão da avenida para poente, bem como na malha do bairro do Reno a norte e do bairro de Mindara a sul, tornando praticamente impossível traçar uma mapa que defina o que é público e o que é privado.

A intervenção no mercado, que tenta manter o espírito do lugar como centro de negócios, permite clarificar os limites deste, organizado-o em dois níveis acompanhando o traçado da avenida, com passadiços transversais que unificam os dois lados da avenida, e funcionando por módulos flexíveis que possibilitam, aos comerciantes, o uso de um ou mais módulos, de acordo com as suas necessidades de espaço. Já a transição para a cidade histórica, a nascente, sobretudo na relação com o edifício do parlamento, faz-se através de um grande volume de formas puras a norte, e de um conjunto de quatro torres inclinadas, a sul, onde se privilegiam as zonas verdes, ganhando a área, uma valência de espaço público que complementa o centro de negócios, que por sua vez alberga sedes de empresas, bancos, seguradoras, sociedades de investimento, assim como restaurantes e hotéis.

Ora, esta intervenção, vai entrar em conflito com a malha habitacional dos bairros adjacentes ao mercado, sobretudo a norte com o bairro do Reno, e a sul com o de Mindara. Existindo a necessidade de solucionar o problema das famílias desalojadas pela implantação do novo mercado, que teriam de permanecer no mesmo local, optou-se por assumir a totalidade dos dois bairros, Reno e Mindara, para a realização do projecto de habitação, já que as restantes habitações, também não oferecem qualquer tipo de segurança e qualidade habitacional para os seus ocupantes, consistindo então esta intervenção, na parte prática da dissertação. Assim, partindo da intenção de diluir parte das funções da cidade nos bairros, surge implícito um segundo objectivo, que pretende mostrar que, com uma distribuição ordenada das habitações e serviços pelo território, a área actual dos dois bairros, mesmo reduzida pela intervenção do mercado e do centro de negócios, tem capacidade para absorver as famílias desalojadas por essa intervenção, sem prejuízo para as restantes famílias do bairro, mantendo a tipologia de habitação unifamiliar de um piso, e sem exceder o

HABITAÇÃO  
Lote de  
sustentabilidade

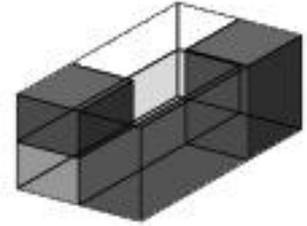
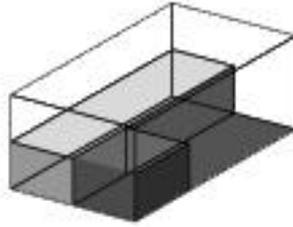
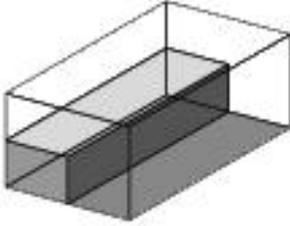
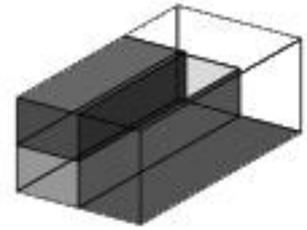
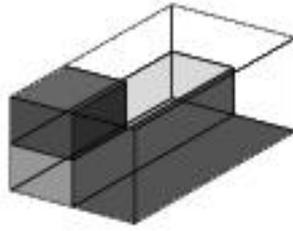


Fig. 5 | Módulo habitacional inicial e esquema evolutivo

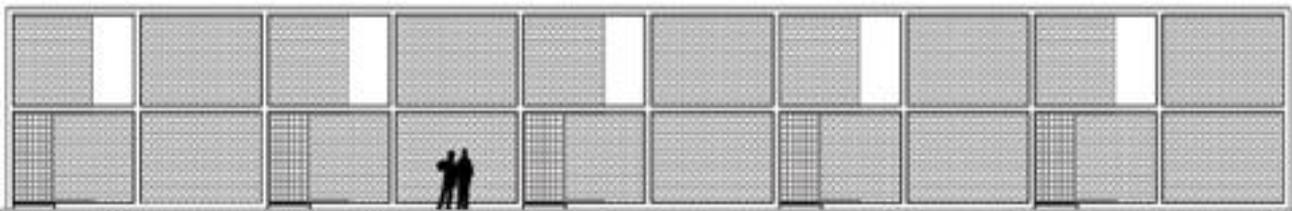


Fig. 6 | Sobreposição de módulos criando frentes de rua



limite de densidade de ocupação do solo, que o PGUB limita a setenta habitantes por hectare, mas que neste caso ronda os quarenta habitantes por hectare.

Tendo por base a implantação do projecto do mercado, e adoptando a lógica de percursos de atravessamento, transversais à Av. 14 de Novembro, resultou o perlongamento destes percursos, na definição de quarteirões e criação de novos arruamentos, tornando a área mais permiável e acessível por diversos pontos da cidade. Apesar de se tratarem de dois bairros, a igualdade de características e de circunstâncias, permitiu o tratamento destes sob uma lógica comum, ou seja, assumir os dois bairros como uma unidade.

A ideia parte da criação de módulos habitacionais unifamiliares, em volumes de implantação de doze por oito metros, de ocupação idêntica às habitações existentes, mas com seis metros de altura, criando um suporte fixo e estrutural em “gaiolas” de betão armado, abertas no topo e revestida por tijolos de adobe, em parte recuperados das antigas habitações. Isto permite que as unidades habitacionais se desenvolvam no seu interior, de forma autónoma, e em modelos de sustentabilidade, já que a área inicial das habitações, de apenas quarenta e oito metros quadrados, ocupa apenas metade do lote, permitindo a exploração da outra metade, para cultivo de alimentos, ou como fonte de rendimento do agregado familiar, através da criação de pequenos negócios, como oficinas, mercearias ou de natureza diferente destas. A junção das unidades, agrupadas em banda ao longo dos corredores de atravessamento e das vias de acesso, têm a intenção de criar dinâmicas de frente de rua, vincadamente flexíveis e de fortes relações de vizinhança.

À possibilidade de crescimento e valorização das habitações no interior dos lotes, com notáveis características de relação interior-exterior de carácter privado, associa-se um ambiente exterior público e semi-público, que pela diversidade e flexibilidade de associação dos lotes, permite uma enormidade de apropriações por parte das comunidades e dos pequenos grupos de vizinhança. Também, a permeabilidade da malha, que resulta em grande parte da subtracção de lotes, com o intuito de preservar as árvores existentes no terreno, prevê ainda, que muitos desses lotes sejam explorados em formato de horta urbana, que possam garantir fonte de rendimento



para algumas famílias, visto que a agricultura é uma das suas principais ocupações, contribuindo assim, para suavizar a escassez e crescente falta de alimentos, bem como garantir a sustentabilidade das comunidades.

Para além de satisfazer as necessidades habitacionais em causa, que resultaram da criação de uma infra-estrutura urbana, este projecto prevê ainda, a criação de pequenos equipamentos e serviços comunitários, claramente direccionados para os habitantes locais, por forma a dotar a comunidade, de meios que fomentem valores de coexistência, de identidade, e de saudáveis relações de vizinhança, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Assim, para cada zona de intervenção, norte e sul, existe uma escola primária com capacidade para duzentos alunos; um posto médico vocacionado para consultas familiares, pequenas cirurgias, mas também para esclarecimentos e aconselhamentos de prevenção e planeamento familiar; um centro comunitário, com diversas salas polivalentes, para uso das comunidades em actividades de promoção e inclusão social, festas, workshops e actividades sazonais, para além de poderem servir como extensões da própria escola; e por fim, já a servir as duas zonas, um campo de jogos que facilita a ocupação do tempo livre das crianças.

Tendo em conta ainda, a facilidade com que os habitantes de Bissau se instalam nos espaços públicos e os ocupam temporariamente com as suas actividades e negócios, as ruas pedonais que atravessam os quarteirões, bem como as praças resultantes da adaptação da malha habitacional às vias de atravessamento, têm a capacidade de suportar ocupações diversas, que permitam por exemplo, a realização de feiras ou mercados temporários, que sirvam, agora de forma organizada, como prolongamentos do mercado principal de Bandim. Embora, a criação desses espaços, tenha por objectivo inicial, dotar os bairros de espaços públicos adaptados à escala e uso das comunidades, que através de vários mecanismos de apropriação, vão transformando esses espaços públicos em semi-públicos.







## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Fazendo uma análise, em forma de balanço, do trabalho resultante desta dissertação, para além da abordagem superficial de alguns temas, por razões várias, fica facilmente visível a fragilidade e incertezas que recaem sobre algumas questões, claramente pelo simples facto de não ter existido uma viagem e visita à cidade de Bissau e o necessário contacto com as comunidades em causa. Contudo, o esforço em não esgotar as intenções da dissertação na análise e contextualização da problemática, permitiu a aplicabilidade prática dos conceitos relatados que orbitaram em torno do problema da habitação, resultando num projecto de parceria, que na generalidade apresentou capacidades de solucionar parte dos problemas levantados pelas carências habitacionais destes dois bairros da cidade de Bissau.

Neste contexto, o projecto pretendeu configurar a tendência recente das políticas habitacionais, numa aproximação metodológica que incidiu em aspectos como as noções de lugar e gestões locais, explorando a dimensão da responsabilidade individual e colectiva. Pelo facto de existir um desfasamento entre intenções e políticas habitacionais no momento da sua materialização, revelou-se essencial fazer uma separação e distinção entre o que é a produção habitacional e a assistência habitacional. Neste sentido, o projecto procurou centrar-se na proposição de um equilíbrio entre o nível que antecede qualquer arquitectura habitacional, e a sua abertura à dimensão evolutiva, em que se baseiam geralmente, os actuais programas habitacionais de raiz comunitária. Também porque a partir do momento em que a arquitectura habitacional se afasta da função simbólica da habitação moderna e do romantismo conceptual da habitação do pós-guerra, parece evidente que a questão de linguagem e o seu significado deixa de ter importância primária.

Numa clara aproximação aos princípios defendidos por John Turner, nomeadamente na diferenciação de escalas de projecto entre *planning* e *design*, existiu, na premissa metodológica, a intenção de fomentar através do projecto, os processos de auto-construção, quer no envolvimento directo dos habitantes na construção das habitações, quer através de meios e formas de valorização das suas propriedades. Embora o uso da auto-construção seja assumido no projecto mais por necessidade programática e restrições no financiamento, do que pelo princípio de auto-governança da produção habitacional defendida por Turner, a verdade é que esta abordagem é



pertinente em relação à problemática da habitação social em contextos informais. Sobretudo numa altura em que a produção de habitação nos países sobrepovoados não passa, simplesmente, por resolver a questão das carências de habitação, mas passa muito, por relacionar a habitação com questões de ordem social, económica e política. No fundo, o que se tentou fazer foi um balanço entre um racionalismo formal da proposta arquitectónica, condicionada por constrangimentos de ordem orçamental, e a criação de uma moldura suficientemente flexível para que os habitantes sejam capazes de transformar os espaços habitacionais, adequando-os às suas necessidades reais, independentemente da sua, maior ou menor, capacidade sócio-económica. O mesmo princípio valeu para a relação entre o conjunto habitacional e a rede urbana existente, dirigida a uma população urbana específica, que para além de adequar a solução arquitectónica às condições específicas da sua implantação, promoveu relações imediatas de carácter público e semi-público com a envolvente, para além de dotar as zonas habitacionais com equipamento comunitários que facilitem e promovam a inclusão social e fortaleçam as relações de vizinhança.

De facto, espera-se que este padrão urbano seja facilmente replicado, e que a intervenção tenha um efeito catalítico, como dizia Nuno Portas, espera-se que uma coisa influencie a outra, e por aí fora. Sobretudo, espera-se que este tipo de intervenções, produzam ambientes que contariem o crescente “individualismo” que vem afectando muitas das culturas “ocidentais”, já que se continua a acreditar que a cidade ainda representa a expressão máxima da comunidade, com muitos problemas, é verdade, mas sem dúvida a fonte de oportunidades mais rica que se possa oferecer, para um desenvolvimento humano sustentável e em perfeita harmonia com o espaço habitado que o identifica. O problema da habitação parece insistir neste estado perpétuo de impossível resolução, mas com a dose certa de coragem, irreverência e dedicação, algum dia chegaremos lá.



## BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Pedro Fiori – **O lugar da arquitectura num «Planeta de Favelas»**. Porto : Dafne Editora, 2008. 14 p.

ABRANTES, Joana Catarino Redondo – **Bairro do Castelo, Ferreira do Alentejo, as portas que Abril abriu**. Coimbra : [s. n.], 2002. 136 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

ANDO, Tadao – **Conversas com Michael Auping**. Barcelona : Gustavo Gili, 2003. 95 p. ISBN 842521937x.

ARAVENA, Alexandre – **La ciudad como fuente de equidad**. Verb Crisis. Barcelona. 6 (2008) 161-167. (A)

ARAVENA, Alexandre – **Quinta Monroy, Iquique**. Verb Crisis. Barcelona. 6 (2008) 278-293. (B)

BANDEIRINHA, José António – **Anos sessenta, verdades e consequências da crise da habitação em Portugal**. Jornal Arquitectos. Lisboa. ISSN 0870 1504. 226 (2007) 24-28. (A)

BANDEIRINHA, José António – **O processo SAAL, e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974**. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007. 448 p. ISBN 9789728704766. (B)

BENÉVOLO, Leonardo – **A cidade e o arquitecto**. Lisboa : Edições 70, 1984. 146 p. ISBN 972 44 0107 3.

CANOTILHO, Pedro – **Habit: arquitectura e a problemática da habitação**. Coimbra : [s. n.], 2008. 126 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

COSTA, Alexandre Alves – **Alexandre Alves Costa, candidatura ao Prémio Jean Tschumi UIA 2005**. Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2005. 149 p. ISBN 972 8897 07 3.

COSTA, Alexandre Alves – **Textos datados**. Coimbra : EDARQ, 2007. 271 p. ISBN 9789729982149.

DUARTE, Fausto – **Anuário da Guiné portuguesa**. Bissau : Governo da Colónia da Guiné Portuguesa, 1948. 875p.

FIGUEIRA, Jorge – **Escola do Porto: um mapa crítico**. Coimbra : EDARQ, 2002. 147 p. ISBN 972973836x.



FRAMPTON, Kenneth – **História crítica da arquitectura moderna**. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo : Martins Fontes, 2008. 554 p. ISBN 978 85 336 2426 9.

GONÇALVES, António Miguel Ferreira – **Arquitectura de causas: uma arquitectura social na era da globalização económica**. Coimbra : [s. n.], 2009. 147p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

GONÇALVES, José Fernando – **Ser ou não ser moderno: considerações sobre arquitectura modernista portuguesa**. Coimbra : EDARQ, 2002. 167 p. ISBN 9729738386.

GRANDE, Nuno – **Arquitectura & Não**. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2005. 103 p. ISBN 972880167x.

GUIMARÃES, Joana Santos – **Habitação popular urbana em economias periféricas: auto construção assistida, uma possibilidade para Cabo Verde**. Coimbra : [s. n.], 1998. 174 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

HABITAT, UN – **The state of African cities: a framework for addressing urban challenges in Africa**. Nairobi : UN habitat, 2008. 207 p. ISBN 978 92 1 132015 2.

HALL, Edward T. – **A dimensão oculta**. Lisboa : Relógio d'Água, 1986. 230 p. ISBN 9727081231.

HERTZBERGER, Herman – **Lições de arquitectura**. São Paulo : Martins Fontes, 1996. 272 p. ISBN 85 336 0479 3.

KAHN, Louis I. – **Conversas com estudantes**. Barcelona : Gustavo Gili, 2002. 53 p. ISBN 84 252 1893 4.

KRÜGER, Mário – **Leslie Martin e a Escola de Cambridge**. Coimbra : EDARQ, 2005. 112 p. ISBN 972 97383 9 4.

LEACH, Neil – **A anestésica da arquitectura**. Lisboa : Antígona, 2005. 153 p. ISBN 972 608 180 7.

LE CORBUSIER – **Por uma arquitectura**. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo : Perspectiva, 1994. 205 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude – **Tristes trópicos**. Lisboa : Edições 70, 1993. 404 p. ISBN 9724408876

MOURA, Hugo Miguel Vieira de – **Guimarães, habitação social e a cidade**. Coimbra : [s. n.], 2004. 100 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

MUGA, Henrique – **Psicologia da arquitectura**. 2.<sup>a</sup> ed. Canelas (Vila Nova de Gaia) : Gailivro, 2006. 262 p. ISBN 989 557 241 7.



NETO, Alexandra – **“Casas sim! Barracas não!”**, o problema da habitação: um ensaio crítico. Coimbra : [s. n.], 2005. 210 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

OKAKURA, Kakuzo – **O livro do chá**. Trad. Fernanda Mira Barros. Lisboa : Edições Cotovia, 2007. 86 p. ISBN 978 972 795 199 4.

OLIVEIRA, José Manuel Albuquerque de – **O SAAL e o movimento de moradores em Coimbra**. Coimbra : [s. n.], 2003. 109 p. Prova final de licenciatura, apresentada ao Departamento de Arquitectura.

PINA, Jorge – **A habitação indígena na Guiné-Bissau**. Coimbra : [s. n.], 2001. 82 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

PORTAS, Nuno – **A Arquitectura para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal**. 2.ª ed. Lisboa : Livros Horizonte, 2008. 238 p. ISBN 978 972 24 1566 8.

PORTAS, Nuno – **A cidade como arquitectura**. 2.ª ed. Lisboa : Livros Horizonte, 2007. 195 p. ISBN 972 24 1463 1. (A)

PORTAS, Nuno – **A Habitação Social: proposta para a metodologia da sua arquitectura**. Porto : FAUP publicações, 2004. 189 p. ISBN 972 9483 63 9.

PORTAS, Nuno – **A Regulação Urbanística da Arquitectura**. Jornal Arquitectos. Lisboa. ISSN 0870 1504. 226 (2007) 18-21. (B)

PORTAS, NUNO – **Nuno Portas, Prémio Sir Patrick Abercrombie UIA 2005**. 2.ª ed. Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2005. 130 p. ISBN 972 8897 12 x.

RODEIA, João Belo – **Le temps du monde fini commence!** Jornal Arquitectos. Lisboa. ISSN 0870 1504. 223 (2006), 18-19.

SILVA, Abel Augusto Fonseca da – **Alguns traços sobre as ilhas do Porto: três operações do SAAL/Norte – Antas, Leal e S. Victor** . Coimbra : [s. n.], 1999. 225 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

SINCLAIR, Cameron – **Espero que seja uma longa lista....** Jornal Arquitectos. Lisboa. ISSN 0870 1504. 223 (2006), 20-29.

SPÍNOLA, António de – **O ordenamento rural e urbano na Guiné portuguesa**. Lisboa : Agência-Geral do Ultramar, 1973. 141 p.

TAFURI, Manfredo – **Projecto e utopia : arquitectura e desenvolvimento do capitalismo**. Lisboa : Presença, 1985. 122 p.



TÁVORA, Fernando – **Da organização do espaço**. 7.ª ed. Porto : FAUP publicações, 2007. 75 p. ISBN 978 972 9483 22 6.

TURNER, John F. C. – **Housing by people : towards autonomy in building environments**. London : Marion Boyars, 1991. 162 p. ISBN 0714525693.

UN-HABITAT DONORS MEETING, Sevilha, 2008 – **Meeting the urban challenges**. Sevilha : UN habitat, 2008. 5 p.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS, Vancouver – **The Vancouver declaration on human settlements**. Vancouver: UN habitat, 1976. 7 p.

URBANISMO, Direcção Geral da Habitação e – **Revisão do Plano Geral e Urbanístico de Bissau** . Bissau : Ministério das Obras Públicas Construção e Urbanismo, 2005. 104 p.

VASQUEZ, Carlos – **Comunidades fechadas, cidades moribundas**. Jornal Arquitectos. Lisboa. ISSN 0870 1504. 228 (2007) 18-21.

VENTURI, Robert – **Complexidade e contradição em arquitectura**. São Paulo : Martins Fontes, 1995. 219 p. ISBN 8533603754.

ZEVI, Bruno – **Saber ver a arquitectura**. 5.ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1996. 286 p. ISBN 8533605412.

